



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ENTRE O RIO E O MAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA
O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DO
MOSQUEIRO – ARACAJU/SE**

Autor: Mirsa Mara Barreto Xavier Leite

Orientadora: Dr^a. Rosemeri Melo e Souza

JANEIRO – 2007
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ENTRE O RIO E O MAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA
O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DO
MOSQUEIRO – ARACAJU/SE**

Autor: Mirsa Mara Barreto Xavier Leite

Orientadora: Dr^a. Rosemeri Melo e Souza

**FEVEREIRO – 2007
São Cristóvão – Sergipe
Brasil**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Leite, Mirsa Mara Barreto Xavier
L533e Entre o rio e o mar : educação ambiental para o fortalecimento da
comunidade pesqueira do Mosqueiro – Aracaju/SE / Mirsa Mara
Barreto Xavier Leite. - - São Cristóvão, 2007.
xv, 156 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Programa Regional de Desenvolvimento e meio Ambiente, Pró-Reitoria
de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Orientador: Prof^ª Dr^ª. Rosemeri Melo e Souza.

1. Educação ambiental. 2. Comunidade pesqueira. 3. Bairro
Mosqueiro – Aracaju, Se. 4. Desterritorialização. I. Título.

CDU 504:37:316.334.52-058.243.9



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ENTRE O RIO E O MAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA
O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DO
MOSQUEIRO –ARACAJU/SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós -
Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da
Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
e Meio Ambiente.

Autora: Mirsa Mara Barreto Xavier Leite

Orientadora: Dr^a. Rosemeri Melo e Souza

**FEVEREIRO – 2007
São Cristóvão – Sergipe
Brasil**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em
Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe a permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Mirsa Mara Barreto Xavier Leite

Autora

Dra. Rosemeri Melo e Souza

Universidade Federal de Sergipe

DEDICATÓRIA

**À fé que, a todo instante,
reacendeu a coragem dentro de
mim e me fez superar limites,
medos e incertezas.**

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito feliz pra mim, pois apesar de árduo o trajeto que me levou a esta conquista, posso afirmar que se tornou brando, porque não caminhei sozinha, porque inúmeros foram aqueles que contribuíram com esta pesquisa e, conseqüentemente, com o meu aprendizado como pesquisadora e como gente. Por isso, a muitos rendo a minha homenagem, e o meu muito obrigada.

Ao povo do Mosqueiro - Dona Helena, Sr. Odilon, Teresinha, Dona Cristova, Edna, Sr. Abel que abriram as portas de suas casas e de suas vidas, permitindo-me entrar e tomar posse de seus saberes. A tantos outros que partilharam comigo suas histórias a bordo de canoas, nas áreas de manguezais, tecendo suas redes de pesca nas calçadas das casas, entre um caminho e outro. Sem vocês, nada seria escrito, a pesquisa não teria vida. Muito obrigada.

À Professora Rosemeri Melo e Souza, por ter se dedicado a orientar a minha dissertação. Mais que orientadora, tornou-se amiga, mãe, companheira, defensora dos conhecimentos construídos no decorrer da pesquisa. Obrigada pelo respeito e paciência. Caminhar ao seu lado proporcionou-me trilhar e absorver conhecimentos em territórios da ciência até então, pra mim, inatingíveis, mas que se tornaram possíveis, com a sua orientação e que por meio da qual me permiti o exercício de dialogar com outros saberes. A nossa dissertação é a prova dessa proposta de construção a partir da interdisciplinaridade. Você é tudo de bom, minha eterna “Querida Rose”.

À Universidade Federal de Sergipe por me conceder o direito de aprender mais sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente no PRODEMA.

Aos professores do PRODEMA pelos conhecimentos partilhados. Saibam que um pouco de cada um está nesta Dissertação.

A Najó, Aline e D. Julieta por significarem pra nós, alunos do mestrado, um grande suporte, mãos que contribuíram para o nosso desenvolvimento orientado, durante todo o período do Mestrado.

Aos colegas de sala, pelas contribuições vindas de suas pesquisas, e experiências de vidas.

Aos amigos do grupo de pesquisa GEOPLAN, Jaílton, Anízia, Helô, Neto, Wagner, e Michele...Quantas foram as contribuições, e construções de conhecimentos a coletivo. Senti-me em casa na companhia de vocês. Como se estivesse numa grande família que busca, por meio da pesquisa, contribuir para um ambiente melhor.

A Nívea Carolina (a galega do Mosqueiro), por ter entrado comigo na Comunidade aplicando questionários, sempre com um grande e belo sorriso no rosto. Muito obrigada. Desejo sucesso em sua vida e dedicação à pesquisa.

Ao amigo e irmão Mário Jorge... Estivemos juntos desde o início, esquecemos a concorrência da seleção e nos comportamos (até hoje) como parceiros, partilhando lições que só verdadeiros amigos partilham, admirando e reconhecendo no outro as qualidades e fragilidades. Buscando compreender e orientar para caminhos que levassem à felicidade. Porque é isso que desejamos às pessoas que amamos: que sejam felizes, e plenamente realizadas em suas escolhas. Obrigada, garoto. Ah... *“Eu não vou mentir! Você arrasa sempre!”*

Ao querido amigo e professor Lício Valério, primeira pessoa a me apresentar à Educação Ambiental, e reconhecer em mim aptidão para a pesquisa, mérito inteiramente seu, porque sempre soube partilhar o seu saber com seus alunos. Continuo a afirmar que você representa um feliz encontro em minha vida.

Aos muitos amigos que essa vida me deu, os quais temo em denominar agora por recear esquecer algum. Estiveram presentes em todos os momentos de minha vida, e especialmente nesse intervalo *danado de trabalhoso* e ao mesmo tempo delicioso que foi a construção dessa Dissertação. Obrigada por compreender minhas faltas, pela ajuda com as impressões, pelo incentivo para a participação nos congressos, por compreenderem minhas neuras e por me raptarem algumas vezes dos livros para uma cerveja gelada e uma boa conversa de amigos. Realmente... *“Amigo é coisa pra se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração”*.

Aos meus pais, que me deram a vida, amor, e as minhas melhores qualidades, frutos de exemplos de uma vida pautada na integridade e no respeito ao outro. A você minha mãe que partilhou comigo todas as alegrias e angústias quando eu não sabia mais o que escrever, ouvi de ti palavras de perseverança, confiança, e os efeitos vindos dos céus através das velas acesas, e muitas orações.

Às minhas irmãs Janaina e Thatiane, que embora geograficamente distantes, os laços de afetos que nos unem me fazem sentir a energia positiva emanada por vocês a meu favor.

A Crisóstomo pelo amor e companheirismo dedicados todos esses anos, em especial, nesses dois anos de pesquisa, que me obrigaram a estar ausente em tantos momentos. Saímos fortalecidos e crentes de que escolhemos a companhia um do outro para sermos felizes. Isto justifica as vezes que me fez companhia até tarde na Comunidade, mesmo estando cansado. Amo você.

Aos meus amados filhos Erick, Amanda e Vinícius pela ajuda durante as entrevistas, pelas vezes que foram fotógrafos, por me socorrerem tantas vezes no computador em meio às suspeitas de que “*Ai meu Deus perdi tudo*”. Vocês são o que de melhor tenho, porque enxergo em vocês exatamente o que são: Muito mais que bons filhos, são seres humanos da melhor qualidade.

Agradeço a Deus, a todas as Nossas Senhoras, em especial a N.S. da Conceição, padroeira do Mosqueiro, anjos e santos que me acompanharam nessa caminhada. Incondicionalmente, sou o que sou pela fé, pela crença de que há toda essa energia boa e que me cobre como um manto sagrado protetor.

RESUMO

A Comunidade Mosqueiro está situada no extremo sul do Município de Aracaju. Segundo o macro-zoneamento da Secretária de Planejamento da Capital Sergipana, compreendida na Zona de Expansão Urbana, tendo como limites: a leste, o Oceano Atlântico; a oeste, o Canal Santa Maria; e o Rio Vaza Barris, a sul e a sudoeste. A comunidade possui aproximadamente 4.091 habitantes e uma relação de dependência com os recursos naturais estabelecidos há mais de século, conforme moradores locais. Até 1960, os acessos entre Aracaju e Mosqueiro eram restritos, fazendo com que muitos pescadores se deslocassem a pé, em lombos de animais ou navegando para comercializarem seus produtos nos mercados de Aracaju. Na década de 1980, com a construção da Rodovia dos Náufragos, as relações com Aracaju se intensificaram, e moradores da Capital passaram a freqüentar o Povoado enquanto veranistas, adquirindo terrenos e construindo casas, das quais, algumas atualmente se tornaram moradias permanentes. Esse processo vem se acentuando no decorrer dos anos em razão de diversos fatores, dentre eles, a especulação imobiliária. Mediante este processo, a comunidade local vem sofrendo fortes influências, configurando na descaracterização territorial e espacial, sócio-cultural, econômica e ambiental, desencadeando um processo de desterritorialização. Frente à complexidade do meio ambiente, se faz necessária a contribuição das diversas áreas das ciências, no sentido de contribuir para uma visão mais abrangente e integrada das questões ambientais (GOMIDE e SERRÃO, 2004). Nesse sentido, as ações de Educação Ambiental se apresentam, nessa pesquisa, a fim de contribuir para a construção de propostas que impliquem respeito à biodiversidade, na valorização da diversidade cultural, no estímulo à solidariedade, igualdade, respeito aos saberes tradicionais, expressos em um modo de vida comunitário. A metodologia utilizada consiste na aplicação de pesquisa participativa realizada através de oficinas discursivas e construtivas, com o envolvimento dos atores sociais da comunidade. O processo educacional auxilia a formação de novos atores sociais, capazes de conduzir a transição para um futuro democrático e sustentável (LEFF, 2001, p. 246).

Palavras-chave: Comunidade, Mosqueiro, Educação Ambiental, Desterritorialização, Modo de Vida Comunitário.

ABSTRACT

The Community of Mosqueiro is located at the extreme south of Aracaju city. According to the macro zoning carried out by the Secretary of Planning of Sergipe's capital, it covers the Urban Growth Zone and has as its limits: the Atlantic Ocean, in the east, *Canal Santa Maria* (the Santa Maria Canal), in the west and the Vaza Barris River, in the south and southwest. The community has approximately 4.091 inhabitants and a relation of dependence on natural resources established more than a century ago, according to the local residents. As far as 1960, the accesses between Aracaju and Mosqueiro were restricted, as a result, many fishermen had to move on foot, on horseback or sailing in order to commercialize their products in the markets of Aracaju. During the decade of 1980, with the building of *Rodovia dos Náufragos* (Náufragos Road), the relations with Aracaju became more intense and people who lived in the capital started to frequent the community as holidaymakers, purchasing pieces of land and building houses. Some of these houses are permanent dwelling ones at present. This process has taken higher proportions year by year because of many factors and among them, stands the real estate speculation. As a consequence, the local community has been suffering strong influences, resulting in changes in the territorial, spacial, sociocultural, economic and environmental characteristics and setting off a deterritorialization process. Faced with the environmental complexity, it is necessary the contribution of the several fields of science in order to reach a wider and integrated view of the environmental questions (GOMIDE and SERRÃO, 2004). In this sense, the Environmental Education actions are presented in this research with the objective of contributing to the construction of proposals which imply the respect to biodiversity and cultural diversity, the incentive for solidarity, equality, the respect to traditional knowledge expressed in a community way of life. The methodology used consists in the application of participative research carried out by means of discursive and constructive workshops with the community social actors involvement. The educational process helps in the formation of new social actors capable of leading the transition to a democratic and sustainable future (LEFF, 2001, p.246).

Key Words: Mosqueiro Community, Environmental Education, Deterritorialization, Community Way of Life

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	xiv
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE GRÁFICOS	xvii
LISTA DE QUADROS	xviii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – A SOCIEDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NO AMBIENTE	08
1.1.Natureza e Sociedade – Algumas Concepções	09
1.2.Crise Civilizatória - Novos Valores na Sociedade	13
1.3.Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	14
1.4.Identidades da Educação Ambiental	20
1.5.Educação Ambiental Crítica: Caminho para uma Ação Transformadora e Emancipatória	25
1.6.Educação Ambiental Crítica e Comunidades: Fortalecendo Relações Identitárias	27
CAPÍTULO II – O MOSQUEIRO NA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE ARACAJU	35
2.1.Comunidade Mosqueiro e sua Ocupação Territorial	37
2.2.Desterritorialização em Comunidades Pesqueiras	43
CAPÍTULO III – METODOLOGIA: O CAMINHAR DA PESQUISA	49
3.1.Caracterização do Estudo	49
3.2. Definição da Amostra	50
3.3. Instrumentos de Coleta de Dados	55
3.4.Roteiro das Oficinas	58

3.4.1.Primeira Oficina	58
3.4.2.Segunda Oficina	58
3.4.3.Terceira Oficina	59
3.4.4.Quarta Oficina	59
3.4.5.Quinta Oficina	60
3.4.6.Sexta Oficina	60
3.5.Tratamento e Análise dos Dados	61
3.6.Trabalho de Campo	61
CAPÍTULO IV – MODO DE VIDA COMUNITÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA EXISTÊNCIA	65
4.1.Cenário da Pesquisa	65
4.2.Reconhecimento e Apropriação do Território pelos Sujeitos	72
4.3.Os Sujeitos em Ação: As Cartas da Memória	77
4.4.Sujeitos e Natureza: A Realidade Local	101
4.5.Avaliação dos Serviços Públicos na Comunidade Mosqueiro (Aracaju-SE)	105
CAPÍTULO V– COMUNIDADE PESQUEIRA DO MOSQUEIRO: TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA	112
CAPÍTULO VI – MOMENTO DE CONCLUIR	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
ANEXOS A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS	140
ANEXOS B – REPORTAGENS PUBLICADAS SOBRE O MOSQUEIRO	147
ANEXOS C – TERMOS DE REUNIÕES	153

NOMENCLATURAS

Siglas

ADEMA – Administração Estadual de Meio Ambiente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe

DRP – Diagnóstico Rápido e Participativo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNUMA - Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

ZEU – Zona de Expansão Urbana

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
2.1	Localização da Comunidade Mosqueiro no Município de Aracaju (SE)	38
2.2	Cultura do coco – trabalho e sobrevivência	39
2.3	Paisagens da Comunidade Mosqueiro	40
2.4	Paisagens da Comunidade Mosqueiro	40
2.5	Rodovia dos Náufragos, espaço territorial da Comunidade Mosqueiro	41
2.6	Formas de ocupação do espaço: condomínios fechados à beira mar	42
2.7	Formas de ocupação do espaço: condomínios fechados à beira mar	42
2.8	Pontos de maior concentração de moradores locais da Comunidade do Mosqueiro	43
2.9	Heterogeneidade na forma de ocupação do lugar	46
4.1	Carta de Memória da Comunidade Mosqueiro: Reconhecer-se e apropriar-se do espaço	74
4.2	Modo de vida comunitário: Construindo a existência	75
4.3	Comunidade Mosqueiro: um retrato atual do espaço ocupado	76
4.4	Escola Municipal Elias Montalvão	79
4.5	Escola Estadual Leonor Teles de Meneses	79
4.6	Formas de ocupação desordenada do espaço territorial na Comunidade Mosqueiro	81
4.7	Formas de ocupação desordenada do espaço territorial na Comunidade Mosqueiro	81
4.8	Moradias de palha: novos moradores vindos da periferia de Aracaju.	82
4.9	Moradias de palha: novos moradores vindos da periferia de Aracaju.	82
4.10	Pesca artesanal na Comunidade do Mosqueiro. Notar que se mantém o trabalho em grupo	84
4.11	A Lida diária. Notar que pescador está munido de celular, relógio digital e corrente de ouro no pescoço	89
4.12	Samba de Coco	91

4.13	Samba de Pareia	92
4.14	D. Cristova, tradição no samba e novenários da Comunidade.	92
4.15	O Leilão é realizado em todas as festas religiosas. Notar que são compostas, em sua maioria, por frutas, peixe, siris, produtos da própria comunidade	93
4.16	Procissão de Nossa Senhora da Conceição – a Padroeira do Mosqueiro	94
4.17	Manifestação cultural – grupo Reisado do Mosqueiro	95
4.18	Parte da área destinada a Construção do Resort na Comunidade do Mosqueiro	97
4.19	Unidade de Saúde da Família Niceu Dantas (Posto de Saúde do Mosqueiro)	107
4.20	Posto Policial da Comunidade do Mosqueiro	110
5.1	Atividade Pesqueira na Comunidade Mosqueiro, lida diária que legitima o lugar e a posição dos indivíduos.	113
5.2	Procissão de São Pedro, padroeiro dos pescadores – Respeito e manutenção da tradição local. O simbólico que representa garantia da proteção e fartura aos pescadores.	114
5.3	Corrida de Barcos na Comunidade Mosqueiro: Traço de Resistência da Cultura Local	115
5.4	Rio Vaza Barris: Cenário da trajetória, da identidade e traços de resistência da Comunidade pesqueira do Mosqueiro. Notar casas de veranistas às margens do rio, principais agentes transformadores da cultura local.	120
5.5	Uma Trajetória, Uma Comunidade chamada Mosqueiro	121

LISTA DE GRÁFICOS

Número	Título	Página
4.1	Condição de Moradia na Comunidade Mosqueiro	65
4.2	Comunidade Mosqueiro (Aracaju/SE) Forma de Abastecimento	68
4.3	Renda Familiar	69
4.4	Ocupação e Quantitativo no Mercado de Trabalho	70
4.5	Perfil dos entrevistados	101
4.6	Significado dos recursos naturais na Comunidade Mosqueiro	109
4.7	Acesso a Educação Ambiental na Comunidade do Mosqueiro	111

LISTA DE QUADROS

Número	Título	Página
3.1	Micro-áreas da Comunidade Mosqueiro - Amostra da Pesquisa	52
3.2	Segmentos Sociais na Comunidade	54
4.1	Avaliação dos Serviços Públicos na Comunidade Mosqueiro	105
4.2	Avaliação dos Serviços Públicos na Comunidade Mosqueiro	109

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, com a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, convocada pela UNESCO e ocorrida em 1977, em Tibilisi, na Geórgia, que programas e projetos vêm tratando da educação para o meio ambiente, com o objetivo de encontrar novas formas de enfrentar os problemas sócio-ambientais gerados no mundo ocidental, decorrentes das relações desiguais, baseadas na lógica do capital.

Vinte anos após o encontro de Tibilisi, em 1997, na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, sediada em Thessalonik, na Grécia, o Brasil apresentou um documento denominado “Declaração de Brasília para a Educação Ambiental”, no qual estão apontadas recomendações para as práticas de Educação Ambiental.

A primeira estabelece que as linhas políticas da Educação Ambiental devam contemplar o diagnóstico prévio à definição de políticas públicas, de tal forma que o contexto específico da comunidade seja base do programa, assegurando a participação popular na sua elaboração e planejamento.

A segunda recomendação sugere a capacitação aos educadores para que estes possam atuar no processo de concepção, formulação e aplicação das políticas e ações na área ambiental promovendo um debate por estudiosos, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento acerca do papel da educação ambiental, na busca de respostas aos múltiplos e cada vez mais freqüentes e graves problemas sócio-ambientais.

Todavia, para que o desenvolvimento de ações em Educação seja efetivo, a temática a ser discutida deve estar intimamente associada à realidade vivida pela comunidade onde o processo de EA será desenvolvido. É neste sentido que os problemas sócio-ambientais devem ser tratados como ponto de partida para a discussão, análise e crítica da realidade ambiental ali encontrada (SERRÃO e GOMIDE, 1997).

Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar as ações e estratégias de Educação Ambiental que contribuam para o fortalecimento de sua cultura diante do processo desigual de ocupação territorial, resultando ao longo dos anos na desterritorialização na Comunidade Mosqueiro (Aracaju/SE).

Os objetivos específicos consistem em: descrever o processo de ocupação territorial da Comunidade, realizando o comparativo com a situação atual, destacando os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais; realizar levantamento sobre a população, referente à densidade demográfica, ocupação, condição do imóvel e de moradia, educação, atividades econômicas; identificar as formas de uso dos recursos naturais e os possíveis impactos ambientais existentes na Comunidade do Mosqueiro; caracterizar a relação entre a comunidade local e as áreas naturais, apresentando os conflitos ambientais existentes; analisar a atuação do Estado na aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento do Mosqueiro.

O trabalho se divide em seis capítulos, tendo, no primeiro capítulo, uma discussão teórica acerca da sociedade e as transformações no ambiente, conceituando sociedade e natureza, situando a crise civilizatória, trazendo à tona a questão dos seus limites de renovabilidade, que causaram, ao longo dos anos, impactos sociais e ambientais responsáveis por desequilíbrios perceptíveis a todos os habitantes do planeta. E o surgimento da EA, como caminho capaz de estimular o processo participativo, a valorização dos saberes tradicionais e a construção de propostas coletivas, que fortaleçam a identidade dos atores sociais, construídas ao longo dos tempos pela íntima relação com o ambiente natural e relações socioculturais.

No segundo capítulo, a Comunidade do Mosqueiro é apresentada na Zona de Expansão Urbana de Aracaju, descrevendo as transformações no ambiente natural, social e econômico a partir do novo processo de ocupação territorial. Neste, aborda-se, também, a discussão a respeito da desterritorialização em comunidades pesqueiras desencadeadas, à medida que há ruptura das relações culturais que estão intimamente ligadas ao espaço territorial ocupado e passam a reproduzir um novo significado ao

especial, tendo em vista que esse processo transformador implica a perda de importantes referenciais que regem a vida dessas pessoas.

Assim, a Educação Ambiental proposta nessa pesquisa, configura-se em caminhos que vêm discutir tensões, a partir da realidade vivida dos sujeitos sociais, e com esses sujeitos propor possibilidades de voz e ações para transformação e emancipação do modelo de sociedade que, passo e passo, vêm se estabelecendo como realidade cotidiana nessa área.

1. A SOCIEDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NO AMBIENTE

À medida que o ser humano foi se distanciando da natureza e passou a encará-la como uma gama de recursos disponíveis a serem transformados em bens consumíveis, começaram a surgir os problemas socioambientais ameaçando a sobrevivência do nosso planeta (DUVOISIN, 2002, 91).

Cientistas do mundo inteiro alertam para a rapidez das mudanças globais, para a incapacidade de suporte do ambiente, e especialmente sobre as conseqüências desse processo para a humanidade. Dentre elas: a competição por suprimentos de água e imigrações em ampla escala, podendo engendrar tensões desencadeadoras de conflitos nacional e internacional, sobretudo se eles forem excessivamente alimentados por crescimento populacional contínuo.

Desta forma, abordar sobre a relação sociedade/natureza, e os reflexos que esta causa ao meio ambiente, em forma de degradação humana enquanto sociedade, e natural, enquanto natureza, nos conduz, portanto, a repensar e assumir novos paradigmas de desenvolvimento capazes de romper com essa dicotomia sociedade/natureza.

O processo de enfrentamento conseqüente da problemática ambiental deve resultar em novos estilos de desenvolvimento para as sociedades humanas (SACHS, 1986a, 1986b, 1994, WEBER, 1997).

De acordo com Moraes (2000, p.40), no que diz respeito ao enfrentamento das questões ambientais, seria aquele capaz de tornar as atividades humanas compatíveis com as interações que os seres humanos mantêm com o meio físico-químico, os outros seres vivos e os seus semelhantes.

Isso implica perceber, entender e considerar essas interações, o que demanda a superação das concepções de mundo predominantes, caracterizadas pela a

fragmentação do conhecimento, que tem sido utilizada pelos seres humanos como fundamento na gestão das suas relações com o mundo. Esses princípios têm se refletido no planejamento e implementações das atividades dos sujeitos, na maioria das vezes, imediatistas e localizadas, desconsiderando quase sempre condições históricas ou ambientais.

O mundo em que vivemos é um mundo de complexidade, onde tudo é interação, inter-retroação e inter-relação, e é então que somos forçados a vê-lo de um modo complexo se não quisermos mutilar seriamente a realidade (MORIN, 1985).

Faz-se necessário que se busquem instrumentos e alternativas educacionais que permitam às pessoas o desenvolvimento da capacidade de lidar com a complexidade, o que requer a revisão de conceitos fundamentais predominantes como, por exemplo, estabilidade, equilíbrio, previsibilidade, determinismo e certeza (MORAES, 2000).

Portanto, o desafio ambiental contemporâneo induz a caminhos que permitam transformações culturais e sociais as quais resultem mudanças de comportamentos individuais e coletivos para a construção de uma nova visão de mundo pela humanidade.

1.1.Natureza e Sociedade – Algumas Concepções

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do quais os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim sua cultura (GONÇALVES, 2004).

Hoje, como no passado, a reflexão sobre natureza se impõe exatamente nos momentos de crise, quando setores da sociedade se colocam à tarefa de repensar seus fundamentos, seus valores, seu modo de ser.

Nesta explanação serão abordadas algumas concepções de natureza em momentos históricos diferenciados da sociedade. Iniciando com a concepção do pensamento filosófico pré-socrático a concepções de natureza da sociedade contemporânea.

Assim, as concepções acerca da natureza remetam ao mundo clássico no pensamento filosófico pré-socrático. Por exemplo, o ser humano deixou de se considerar inferior ao animal para se ver em um contexto de igualdade com animais e plantas. Conforme aponta Gonçalves (2004) sobre a *Physis*:

“Para os primeiros filósofos, à *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal, o acontecer humano como obra dos homens e dos deuses e, sobretudo, pertencem à *physis* os próprios deuses (...) e a partir da *physis* pode então chegar a uma compreensão da totalidade do real: do cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça”.(Gonçalves,

O pensamento grego no Ocidente, início da reflexão filosófica, supõe uma mudança revolucionária nas proposições. Nesse sentido, é válida a afirmação aristotélica de que “as plantas foram criadas porque são necessárias para os animais, e estes porque o ser humano necessita deles”. Com o logos (a razão) e suas leis (a lógica), os gregos converteram-se em fundadores da ciência, e a nova antropologia, essencialmente dualista (corpo ou “soma” e razão ou “logos”), conforme salienta Pardo Díaz (2002, p.23).

No tocante à Idade Média, a concepção de natureza, conforme Capra (1987, p. 49). “combinou o sistema da natureza de Aristóteles com a teologia e a ética cristãs, em uma estrutura conceitual que se tornou a regra”.

Ética cristã, que colocava o mundo como lugar passageiro, rumo às bem-aventuranças do paraíso. Sérgio Buarque de Holanda (1999, p.187, apud Melo e Souza 2003) assim relata essa visão de natureza e sua influência nos primórdios de nossa colonização: “A Idade Média se achava tão afeita, com certeza, à noção de que o mundo presente é simples lugar de passagem que (...) a ruindade ou deterioração da Natureza resgatava-se num plano divino de salvação que, por sua vez, não deixaria de valorizar (...) as mazelas do mundo material em função da abundância de todos aqueles bens de que carece a natureza corrompida”.

Nesse período, os cristãos vão afirmar decididamente que “Deus criou o homem a sua imagem e semelhança” (...) O homem é, assim, dotado de um privilégio. A assimilação aristotélico-platônica que o Cristianismo fará em toda Idade Média levará a cristalização da separação entre espírito e matéria (GONÇALVES, 2004).

O Período Medieval, compreendido entre os séculos X e XV, caracterizou-se pela preponderância do Feudalismo, estrutura econômica, social, política e cultural que se edificou progressivamente na Europa Centro-Occidental em substituição à estrutura escravista da Antiguidade Romana.

“Os homens, com o trabalho, transformam a natureza, da qual extraem bens necessários à sobrevivência. Ao mesmo tempo estabelecem relações entre si, originando vínculos econômicos, sociais, políticos e ideológicos” (BARK, 1974).

Conforme aponta Melo e Souza (2003)

“No período renascentista, as profundas alterações da vida correspondentes ao dismantelamento do Feudalismo, tiveram amplas repercussões no campo das idéias, a exemplo da revalorização do empirismo e do racionalismo e da contestação religiosa responsável pela eclosão do Protestantismo a partir das idéias de Lutero; a partir daí, o poder da Igreja Católica de Roma deixa de ser incontestável, sobretudo em domínios filosóficos”.

Mas de acordo com Gonçalves (2004, p. 33), *“é com Descartes que essa oposição homem-natureza, espírito–matéria, sujeito-objeto se tornará mais completa, constituindo-se o centro do pensamento moderno-contemporâneo”*.

Esse período é marcado pelo Pragmatismo-Utilitarista - a natureza como um recurso; pelo Antropocentrismo - o homem visto como o centro de tudo. E é fortalecido nessa relação pela instituição do Capitalismo, do Iluminismo e da Revolução Industrial, com a concepção pós-moderna globalizada regida pela complexidade das inter-relações e pelo aprofundamento da revolução tecnológica.

A natureza é percebida, então, como outra natureza criada a partir da natureza primeira, com o propósito de suprir as necessidades humanas e, principalmente, de acúmulo de riquezas.

Portanto, percebe-se que os conceitos de natureza são criados pelas sociedades a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos e a natureza. Estes, por certo, não se constituem em concepções definitivas, individuais, nem tão pouco imutáveis. Portanto, a visão de natureza representa o próprio homem e suas diversas percepções sobre si

mesmo, no meio em que ele institui suas relações sociais, influenciado, ou não por um modelo de desenvolvimento. “Os conceitos não esgotam o mundo, não abarcam nunca a totalidade do real” (CARVALHO, 2004)

1.2.Crise Civilizatória - Novos Valores na Sociedade

O modelo de desenvolvimento alicerçado na industrialização, com sua forma de produção e reorganização do trabalho, a concentração populacional nas cidades, as interações sociedade/natureza adequadas às relações de mercado e a exploração intensa dos recursos naturais, trazendo à tona a questão dos seus limites de renovabilidade,

prática econômica converteu-se numa escassez global que já não se resolve mediante o progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outros mais abundantes ou pelo aproveitamento de espaços não saturados para o depósito dos rejeitos gerados pelo crescimento desenfreado da produção (LEFF, 2001, p. 16).

Diante da insustentabilidade, o ecodesenvolvimento, e o modelo de desenvolvimento sustentável surge no mundo decorrente da crise ambiental, que se torna evidente nesse período, mediante os padrões de consumo e meios de produção utilizados pela sociedade.

É a partir da década de 60, do século passado, que se percebem os limites dos recursos naturais, e a insustentabilidade do crescimento sem limites, tornando necessário um novo paradigma capaz de romper com a dicotomia sociedade/natureza. Nesse contexto, a EA emerge como tentativa de esboçar uma contribuição, papel do processo educativo no estabelecimento de novos alicerces da relação sociedade-natureza.

1.3.Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

A compreensão tradicional das relações entre sociedade e natureza desenvolvida até o século XIX, vinculada ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como pólos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem (BERNARDES E FERREIRA, 2003).

Na segunda metade do século XX, no contexto da crise civilizatória, surge a EA, conforme aponta Loureiro (2004, p.149) não como modalidade, mas como alternativa indispensável à educação.

Nessa nova ótica, a educação não é mais vista como campo de armazenamento e repasse de informações, no qual o ser humano, para compreender a natureza, deve controlá-la e, portanto perceber-se apartado, diferenciado dela.

A atitude histórica em relação aos problemas do mundo e da complexa realidade global, tem sido, quase sempre, em todos os âmbitos de atuação, a de uma simplificação reducionista da realidade.

Em face dessa possibilidade de se fazer frente aos problemas, mediante uma reestruturação de nossos métodos e meios, é necessário desenvolver a capacidade de enfrentar situações de complexidade crescente.

Pardo Díaz (2002), chama a atenção para a necessidade de formar indivíduos com capacidade de intervenção nessa realidade atual. O autor aponta para a necessidade de se adequar à educação, em seu conjunto, aos princípios do paradigma da complexidade e, por conseguinte, às características de uma aproximação sistêmica.

O paradigma da complexidade leva-nos a considerar que os atores envolvidos possuem sua própria ideologia e critérios axiológicos pessoais, sendo necessário considerar possíveis interferências durante processo educativo.

No processo de interação com os atores sociais da comunidade Mosqueiro, foi percebida a forte influência do modo de vida comunitário construído com o passar do tempo e repassado de geração em geração, resultando em resistências culturais presentes na pesca artesanal, em folguedos como o reisado, o samba de coco, a dança de sala, e nos credos religiosos que posteriormente serão explanados com maior profundidade. Bem como, em práticas que resistem ao tempo e aos processos da modernidade, e se configuram como entraves aos caminhos propostos para a melhoria do ambiente local.

Esse comportamento se apresenta claramente em relação ao lixo doméstico, decorrente de podas ou queda natural das folhas de espécies arbóreas existentes na comunidade, que moradores continuam a enterrar, e/ou queimar (práticas predominantes dos locais), ou deixá-los a céu aberto (prática mais recente), mesmo existindo o serviço de coleta pública, com regularidade.

“Eu não deixo o lixo mais na rua, mas minha avó joga o lixo dela aí na rua (buraco cavado próximo a casa). O lixo é dela eu não vou apanhar, mas também não vou brigar com ela por causa de lixo. É minha avó, ela tem 80 anos” (Morador do Mosqueiro, relatado a Assistente Social em Atividade de Educação Ambiental ocorrida em 2004).

A questão, que envolve o lixo na Comunidade, merece uma atenção maior por parte das autoridades públicas. Seria interessante um programa do EA que se destinasse à construção de hábitos mais saudáveis e de responsabilidades coletivas para melhoria do ambiente local e, conseqüentemente, da população que lá habita.

De acordo com Medina (2000:117)

“A compreensão da complexidade da questão ambiental exige uma abordagem metodológica que, sem abrir mão do saber científico especializado, supere a fragmentação dos diferentes compartimentos disciplinares em que estão divididas as diversas áreas do conhecimento. É necessário se utilizar da contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) e das várias representações sociais dos agentes envolvidos, para se construir uma base comum de compreensão e atuação sobre o problema ou potencialidade ambiental identificada. Considerar a importância dos

conhecimentos das populações envolvidas, tendo em vista a especificidade do contexto cultural e natural em que são produzidos e as formas de relações entre a sociedade e a natureza que eles manifestam” (MEDINA 2000:117).

Nesse processo, a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais visa, sobretudo, criar condições para que os diferentes segmentos sociais participem ativamente, desde a formulação de melhorias, à aplicação e avaliação dos resultados. Buscando, desta forma, a mudança de atitudes em relação, não apenas à natureza, mas também, à vida social, política e econômica dos cidadãos.

Segundo Medina (2000: 118) “uma ética centrada na vida implica a superação do antropomorfismo, e também das posturas reducionistas do ecologismo, centradas exclusivamente na natureza. Seus princípios fundamentais são: a dignidade do ser humano, a formação da cidadania democrática, respeito mútuo, justiça, equidade, auto-estima, diálogo, generosidade e solidariedade”.

A garantia de continuidade e permanência do processo educativo e a permanente avaliação crítica do mesmo são princípios de fundamental importância, pois possibilita o desenvolvimento de um processo educacional crescente e continuado devendo ser constantemente avaliadas as suas práticas de ações e resultados obtidos.

A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, ou seja, o estabelecimento de parcerias, é imprescindível para o êxito da atividade de EA, como também permite melhor utilização dos recursos humanos e financeiros.

Desse modo, as últimas décadas do século XX testemunharam a emergência da EA como um novo campo de atividade e de saber que buscava construir a relação entre a educação, a sociedade e o meio ambiente visando à formulação de respostas

teóricas e práticas aos desafios colocados por uma crise socioambiental global (LIMA, 2004).

Numa época de intensa transformação, na qual se fez e ainda se faz necessária a busca por alternativas capazes de contribuir com a formação de indivíduos autônomos, com a competência para exercer a cidadania participativa e o desafio de humanizar a modernidade, faz-se necessário o surgimento de indivíduos construtores de valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, resultando, pois em ganho de qualidade de vida.

Nesse sentido, a idéia da sustentabilidade se faz oportuna, e se coloca como contraponto ao modelo consumista prevalecente, na medida em que a economia se baseia no desperdício da matéria-prima fornecida pela natureza, num padrão de consumo perdulário, amplamente combatido pela EA. Tais produtos e/ou serviços são ofertados à população e produzidos de forma descompassada com o ritmo e a capacidade da natureza de fornecimento, de absorção e reciclagem dos resíduos gerados.

Da mesma forma, não há como negar o modelo antropocêntrico que se contrapõe à sustentabilidade, numa postura assumida pelo o homem, dominador do ambiente em que habita, e cujas ferramentas científicas e tecnológicas embasam uma economia que subjuga a natureza e se coloca acima dela.

Assim, a EA se apresenta como elemento estratégico na formação de ampla “consciência” crítica das relações sociais e de produção que inserem o homem na natureza. Tal consciência está no sentido proposto por Paulo Freire (1983), em *Pedagogia do oprimido*, que implica o movimento dialético entre o desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora, segundo o princípio de que os seres humanos se educam reciprocamente e mediados pelo mundo.

Em termos genéricos e conceituais, a educação é essencialmente política, pois político é o espaço de atuação humana em que formamos e moldamos as características objetivas que nos cercam (DEMO, 1988). Conforme aponta Loureiro (2004), a Educação detém uma dimensão política intrínseca por duas razões:

- a) O conhecimento transmitido e assimilado e os aspectos técnicos desenvolvidos fazem parte de um contexto social e político definido. O que se produz em uma sociedade é resultado de suas próprias exigências e contradições. Assim, o domínio do conhecimento técnico-científico confere ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade de intervir de modo qualificado no ambiente. O saber técnico é parte do controle social e político da sociedade.

- b) As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, podendo, assim, entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo. As relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, constituem espaços pedagógicos de exercício da cidadania.

Tal compreensão política da educação só é legitimada, na modernidade, a partir do momento em que se pressupõe que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construídos e transformados por sujeitos históricos, os cidadãos, em suas ações individuais ou coletivas.

Portanto, pensar em sociedade sustentável, remete-nos, enquanto cidadãos ansiosos por um ambiente socialmente justo e ecologicamente responsável, a gigantescos desafios diários envolvendo a discussão sobre questões econômicas,

desigualdades sociais, intolerância, diversidade cultural e, sobretudo, ao estímulo à participação ativa das comunidades. Para isso, necessário é, problematizar suas questões ambientais a fim de construir junto às autoridades competentes, políticas públicas que contemplem as necessidades existentes.

Visto que em todo o histórico da recente crise ambiental, a educação tem sido lembrada como um instrumento capaz de responder positivamente a essa problemática, ao lado de outros meios políticos, econômicos, lega

que a ele é endereçado. Atributos que não estavam desde sempre aí, na educação, tomada no seu sentido mais genérico.

Mas que surge de forma legítima, a fim de contemplar as diversidades que compõem a humanidade, “que sinaliza para o reconhecimento de uma educação ambiental na formação dos sujeitos contemporâneos nos diferentes modelos de sociedades” complementa Carvalho (2004).

Conforme aponta Guimarães (2000, p.22), surgem alguns consensos no momento de se apontar os problemas ambientais, no entanto, as propostas para a superação desses problemas se diferenciam intensamente de acordo como os diferentes projetos e concepções de sociedade.

No contexto dessas concepções, Nana Mennini Medina (apud Sguarezzi, 1997) distingue duas principais vertentes na educação ambiental, as quais denominou, respectivamente, ecológico-conservacionista e sócio-ambiental.

Na primeira, a autora apresenta uma concepção de Educação Ambiental de caráter essencialmente técnico, reduzindo a questão ambiental a um compartimento disciplinar, num contexto a-político e a-histórico. Em tal concepção se pressupõe uma abordagem da EA, enquanto ensino da biologia ou ecologia, na qual a apreensão de conceitos ecológicos é um pré-requisito para as mudanças de comportamentos individuais.

A segunda vertente é a sócio-ambiental, que parte da compreensão do ambiente como um processo histórico de relações mútuas entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais, e postula uma compreensão dessas inter-relações mediada pela análise dos modelos de desenvolvimento.

Dentro dessa segunda vertente, está inserida a pesquisa realizada na Comunidade Mosqueiro que ao tempo que descreve um modo de vida comunitário, considerando o processo histórico das relações sociais e produtivas com o ambiente natural, busca também, através da Educação Ambiental Crítica, fortalecer o coletivo em contraposição

ao processo de desterritorialização, que por hora, avança no lugar, dando novos sinais significativos a um lugar influenciado pelo “modelo de sociedade moderna urbano-industrial”.

A abordagem da EA, na perspectiva da teoria crítica (Loureiro), configura, “entre muitas outras coisas, indivíduo e sociedade que interagem mútua e reciprocamente para a constituição da realidade social” (GUIMARÃES, 2006, p. 10) (...) “as proposições críticas admitem que o conheç

Desse modo, a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária (JACOBI, 2003). Inclusive propondo novos caminhos que contemplem um novo paradigma de sociedade.

Ainda segundo o autor, a grande maioria das atividades de EA são feitas dentro de uma modalidade formal, cujos temas preponderantes são lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais, ações para conscientizar a população em relação à poluição do ar. Para o autor, a EA desenvolvida no Brasil, é muito diversa, e a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de ações é ainda muito restrita.

Nesse mesmo contexto, o autor ressalta as ações realizadas por ONGs e organizações Comunitárias destinadas, em larga escala, ao público infantil e juvenil com o propósito de incrementar a co-responsabilidade das pessoas, em todas as faixas etárias, e dos grupos sociais, além de enfatizar a importância de formar pessoas comprometidas com a defesa da vida.

De modo que, faz-se necessário um educar que se configure num “caminho de acesso dentro das comunidades a fim de (des) construir os paradigmas sustentados na exploração e esgotamento dos recursos naturais, no empobrecimento da diversidade cultural e no repensar de novos fundamentos, valores e modos de ser” (LOUREIRO, 2002).

O caminho, postulado acima pelo autor, fora o seguido na pesquisa realizada na comunidade Mosqueiro, cuja base proposta foi a discussão entre os diversos atores sociais mediante a percepção do ambiente local. Observou-se a historicidade do lugar, as relações sociais, econômicas e ambientais, as transformações ocorridas na Comunidade a partir de interferências políticas públicas causadas ao meio ambiente. Tais interferências, de cunho desenvolvimentista, trouxeram à tona a necessidade de

reflexão dos modelos de desenvolvimento e partilha do conhecimento entre moradores locais a fim de pactuar compromissos em prol do coletivo.

Para tanto, duas vias de acesso foram observadas: a primeira resultante da conscientização de que ações individualizadas discorrem em fragilidades perante o poder público, que ignoram as necessidades dos moradores locais, sendo, portanto, prioridade o fortalecimento do coletivo numa relação interativa, educativa e ininterrupta, tendo à frente suas lideranças locais nas suas diversas manifestações.

A segunda complementa a primeira e chama a atenção a uma ação política, decorrente do planejamento e do conjunto de ações propostas resultantes do encontro de discussões coletivas a fim de serem mediadas junto ao poder público. Pois, entende-se que um possível caminho para a realização da transformação ambiental local (compreendida em todas as dimensões) prepondera-se que as esferas públicas e a sociedade caminhem juntas. E que a segunda exerça um papel participativo e de constante cobrança sobre a primeira.

Nessa vertente as relações se situam no marco da complexidade, que não é complicar, mas perceber a multidimensionalidade do real, constituído pela (e constituinte da) inter-relação das partes com as partes, das partes com o todo e do todo com as partes, interagindo-se reciprocamente (GUIMARÃES, 2006, p. 11).

Isso faz toda diferença na visão de mundo compreendida por essa perspectiva, que se contrapõe à visão de mundo hegemônica, formadora dos (e formada pelos) paradigmas da disjunção (Morin, 1997) da sociedade moderna. Paradigmas esses que, ao procurarem estabelecer alguma ligação entre as partes, reduzem e simplificam o real, pois buscam uma linearidade mecanicista na relação de causa e efeito dos fenômenos. (GUIMARÃES, 2006, p. 11).

Dessa forma, a Educação Ambiental Crítica no Brasil, insere-se como um novo modelo que transcende a educação enquanto transmissora de conhecimentos, de

técnicas e passa a propor a mediação na construção social entre os sujeitos e o ambiente, a qual será abordada no próximo tópico como um caminho para uma ação transformadora e emancipatória em comunidades.

1.5. Educação Ambiental Crítica: Caminho para uma ação transformadora e emancipatória

A iniciativa de assumir uma concepção de educação ambiental crítica como caminho para uma ação transformadora e emancipatória em comunidades, parte da necessidade de “diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental” (GUIMARÃES, 2004).

E cujas ações de educação ambiental conservadora pouco têm contribuído no processo de mudança dessa realidade, especialmente, porque busca, a partir dos mesmos referenciais constitutivos da crise, encontrar a sua solução.

De acordo com Guimarães (2004):

Essa perspectiva, ao substanciar-se nos paradigmas constituintes/constituídos da/pela sociedade moderna, os reproduz em sua ação educativa. Sendo assim não supera o cientificismo cartesiano e o antropocentrismo que informam a compreensão/ação sobre o mundo e que historicamente se constituiu hegemônica na sociedade moderna (GUIMARÃES, 2004; 26).

Uma concepção de mundo que dificulta a percepção da complexidade que o forma, descompatibilizando-o, fragmentando-o, reproduzindo uma realidade simplista,

reduzida, que perde a riqueza e a diversidade das relações. E que impede uma ação conjunta que privilegie o todo.

As ações de EA implementadas até então na Comunidade do Mosqueiro apontam para uma visão dicotomizada que ignoram as relações estabelecidas entre moradores e seu espaço territorial. São, na verdade, impositivas, pois revela apenas ordens que não devem ser desobedecidas quanto à pesca (períodos de defeso), ao lixo, à água, à forma de cuidar da saúde e higiene pessoal. Esquecendo-se da necessidade de se manter um diálogo tendo como cerne da questão formas de resistência a serem estabelecidas em seus meios produtivos, sociais e culturais.

Na educação ambiental crítica, o conhecimento, para ser pertinente, não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis aos procedimentos pedagógicos (MORIN, 2002: 36)

O autor aponta enquanto categorias de análises:

- O contexto – entendendo que informações e dados isolados não significam conhecimento;
- O global – partindo do pressuposto de que o global significa o conjunto das relações, o todo organizador no qual nos inserimos e que é indissociado das partes;
- O multidimensional – percebendo o ser humano, como uma unidade diversa, que é ao mesmo tempo biológica, psicológica, social, cultural, racional, emotiva etc; e a sociedade como uma unidade histórica, econômica, sociológica, ecossistêmica, etc;
- O complexo – enquanto união de elementos distintos inseparavelmente constitutivos do todo. “Complexus significa o que foi tecido junto [...] e (que) há um tecido independente, interativo e inter-retroativo entre conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si”;

Assim, educar, na perspectiva libertária e demais tendências pedagógicas que dialogam no campo crítico, é emancipar-se, exercer ativamente a cidadania, construir democraticamente as alternativas possíveis e desejadas (LOUREIRO, 2004: 35).

Significa contrapor-se às formas identificadas como educativas que se esgotam no passar conteúdos vazios de sentido prático e fora de contexto, em afirmar certas condutas normatizadas e padrões culturais a serem seguidos por todos.

Dentro desse contexto, é fundamental resgatar o conceito de práxis associado à educação. Conforme Konder (1992), a práxis é a atividade concreta pela qual o sujeito se afirma no mundo, modificando a realidade objetiva e sendo modificado, não de modo espontâneo, mecânico e repetitivo, mas reflexivo, pelo auto-aquecimento, remetendo a teoria à prática. E de acordo com Freire (1988), práxis significa a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana, visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada (LOUREIRO, 2004, p. 36).

1.6.Educação Ambiental Crítica e comunidades: fortalecendo relações identitárias

Para que o desenvolvimento de ações em Educação seja efetivo, a temática a ser discutida deve estar intimamente associada à realidade vivida pela comunidade onde o processo de EA será desenvolvido. É neste sentido que os problemas socioambientais devem ser tratados como ponto de partida para a discussão, análise e crítica da realidade ambiental ali encontrada (SERRÃO e GOMIDE, 1997).

Segundo Leff (1999), a Educação Ambiental se fundamenta em dois princípios básicos: uma nova ética voltada para a construção de novos valores e comportamentos na direção de uma sociedade sustentável do ponto de vista social e ambiental e uma nova concepção do mundo, reconhecendo sua complexidade, o que requer a reconstituição do conhecimento e o diálogo entre os saberes.

Cujo propósito fundamental é mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter conseqüências de alcance local e global.

Segundo Loureiro (2004), “a Educação Ambiental, antes de tudo é educação”. Continua ele: “mas não uma educação genérica, e sim aquela que se nutre das pedagogias progressistas histórico-crítica e libertárias, que são as correntes orientadas para a transformação social”, cuja prática tem como um dos seus pressupostos, o respeito aos processos sociais, culturais, étnicos, característicos de cada país, região ou comunidade.

Em boa medida, a pesquisa busca a partir da intervenção da EA Crítica fortalecer essa identidade cultural na Comunidade Mosqueiro, e que segundo Bauman (2005, p.17) é comum afirmar que as “comunidades” (as quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) “vivem juntos numa ligação absoluta”, e outras que são fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios”.

O territorial ocupado no Mosqueiro apresenta os dois tipos de comunidades. A primeira, representada pelos moradores locais, “comunidade de vida” na qual sua forma de organização social e cultural se apresenta através do modo de vida comunitário, ou seja, na linguagem comum a todos, nos conhecimentos sobre a pesca e as mudanças de marés, meios produtivos de sobrevivência, no conhecimento absoluto do lugar e das pessoas que ali nasceram e como viveram e vivem, na música e nas danças que unem

jovens e velhos, que na batida do pé faz levantar poeira, e na luz da fogueira, indica a casa festeira.

E a segunda comunidade de “destino” é representada pelos novos moradores que buscaram naquele lugar a relativa tranqüilidade, isolamento, o trabalho e a presença da natureza preservada, mesmo estando tão próximo do centro urbano.

No entanto, percebe-se que a única ligação absoluta entre essas comunidades é o fato de partilharem o mesmo espaço. Muito embora não haja um sentimento unificado de pertencimento por parte de todos os atores sociais. Fato esse que se reproduz nas formas de usos do local habitado.

Para Leff (2001 apud Melo e Souza, 2003), o lugar recria cultura a partir de um cotidiano vivido coletivamente, nas tramas constitutivas das identidades de resistência, criadas por atores que se encontram em condições socioculturais desvalorizadas ante a lógica dominante, construindo assim princípios e lógicas diferenciadas de apropriação e uso do aporte de recursos naturais e de estabelecimento de relações sociais.

Esse processo instaurador, de uma identidade de resistência em comunidades pesqueiras, baseia-se em um saber-fazer, onde se enquadram crenças, formas de manejo do meio ambiente, tecnologia, ciência da natureza, criação e recriação de estratégias de vida (FURTADO e MALDONADO,1993 apud MELO E SOUZA, 2003).

Em se tratando da comunidade local, esse fenômeno se dá mediante o processo de destruturalização progressiva da cultura da comunidade pesqueira do Mosqueiro, que tem se intensificado a partir de alguns aspectos:

- A diminuição da auto-estima em contatos mais próximos com grupos urbanos, e pelos reflexos provenientes dos meios de comunicação de massa instituindo valores e conceitos globalizados de um ideário de vida bom;

- Seja pelo menosprezo governamental com a ausência da implementação de políticas públicas que garantam a contemplação não só das necessidades básicas dessa população, mas especialmente da garantia dos seus meios de produção e sobrevivência ligados ao ambiente natural;
- Durante a implantação de programas de desenvolvimento local que são definidos a partir de uma lógica capitalista, desconsiderando os conhecimentos e práticas da cultura local, provocando a desorganização da mesma e refletindo na desconstrução de um modo de vida comunitário que sinaliza, em futuro próximo, a extinção dessa cultura e desse modo comunitário, em virtude do aparente processo de transformação do território de acordo com o novo modelo de ocupação por outros sujeitos.

Os sentimentos de identidade têm conseqüências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando misturados entre si (CLAVAL, 2001, p. 181).

De acordo com Bauman (2005):

O “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e renegociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2005, p. 17)

A idéia de ter uma “identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativas (BAUMAN, 2005, destaques do autor).

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (SILVA, 2000). À medida que outras culturas são impostas dentro de uma determinada comunidade, a mais forte tende a sobrepor a outra.

Mas de acordo com Claval (2001), o cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz limites que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que foram adotados (CLAVAL, 2001, p. 181).

HALL (2000) afirma que há duas formas diferentes de se pensar a identidade cultural:

A primeira na qual uma determinada comunidade busca recuperar a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam, então, ser representadas, por exemplo, em uma forma cultural como o filme, para reforçar e reafirmar a identidade.

A segunda é aquela que se vê como uma questão tanto de tornar-se quanto de ser. (HALL, 2000, p. 28).

A esse respeito, afirma Begossi (1995, apud Melo e Souza, 2003): o abandono da

agricultura e o incremento progressivo por parte da pesca realizada de forma tradicional por comunidades pesqueiras do litoral sudeste e caboclos amazônicos têm contribuído para aumentar a sua *resiliência cultural*. Entende-se por esse conceito, a ampliação de meios e condições de restabelecimento do equilíbrio anterior do sistema após agressões.

A mesma autora aponta que a resiliência cultural é construída pelas mediações históricas e sócio-espaciais entre o saber e o saber-fazer plasmadas no seio dessas comunidades. São os dois momentos relevantes como vida desse patrimônio relacional, consistindo, em momentos dinâmicos, mas que se redefinem cada vez que o homem inova e renova sua territorialidade, através de um repertório de estratégias adaptativas que logram uma duradoura coexistência com o meio ambiente.

A identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário. No caso do Mosqueiro, embora a população seja composta, em sua maioria por pescadores, ou filhos, netos e até bisnetos destes, alguns se identificam como não mais pertencentes à pesca por exercerem atividades distintas dos seus antepassados. É por perceberem a presença de pessoas consideradas, por eles, como não iguais, que estabelecem relações distintas com o meio natural e modelos de convivência social distintos do praticado pelos moradores locais. Por isso, é muito comum entre eles “moradores locais” partilhar espaços, alimentos, conhecimentos, pois se reconhecem como família, distinguindo-se do modelo de sociedade atual, que prega o individualismo, a disputa pelo poder, o ter mais que o outro.

“O Mosqueiro mudou muito, tá certo que com algumas facilidades pra nós. Mas a gente tem pago caro por isso, é tanta violência (silencia), a gente não tem mais sossego, 5 horas da tarde as porta tem que tá fechada. Mesmo assim não saio daqui, não sei viver em outro lugar (Morador, 80 anos).

Enquanto, nos anos 70 e 80, a luta política era descrita e teorizada em termos de ideologias em conflito, ela se caracteriza agora, mais provavelmente, pela competição e pelo conflito entre diferentes identidades, o que tende a reforçar o argumento de que existe uma crise de identidade no mundo contemporâneo (HALL, 2000).

Esse processo de perda da identidade com o lugar é percebido principalmente por parte expressiva da camada mais jovem da população local, até mesmo entre filhos de pescadores que ainda sobrevivem da pesca de seus pais. Segundo moradores mais antigos:

“A juventude de hoje (da Comunidade) tem contato com todo tipo de informação através dos meios de comunicações. Ir até Aracaju é algo muito simples em razão dos transportes, sem contar com o povo novo que mora aqui (moradores dos condomínios, veranistas, caseiros). Mesmo que não tenha muita intimidade com todos, mas de uma forma ou de outra (relações de trabalho e/ou sentimentais) acaba existindo algum tipo de relacionamento e influenciando a mudança de comportamento de boa parte dos jovens da comunidade. Esse é um mundo novo, o nosso ficou para trás” (Moradora, 75 anos - 5ª Oficina, 2006).

Essa condição não foi apresentada aos jovens de 30 anos atrás. Eram somente eles e o lugar numa convivência tranqüila e dependente do ambiente natural. Assim, a identidade, com o lugar, era fortalecida diariamente no modo de vida comunitário, distante das mazelas da sociedade moderna, embora próximo dos descasos dos poderes públicos, que como antigamente ainda permanece em abandono e negligência em quase todos os aspectos (segurança, educação, lazer, saúde, dentre outros). Em um novo mundo que deixa de ser povoado e se torna parte da zona de expansão do município de Aracaju.

2. O MOSQUEIRO NA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE ARACAJU

A Zona de Expansão Urbana (ZEU) de Aracaju é um setor que apresenta, mais do que qualquer outro, possibilidades reais de abrigar excedentes populacionais e, por conseguinte, assumir funções urbanas na cidade de Aracaju. Embora ainda seja preferida como área de veraneio e lazer, por força da distância e dos custos de deslocamentos, que pela deficiente infra-estrutura de serviços.

A ocupação dessa área vem ocorrendo principalmente nos setores meridionais e nas proximidades das rodovias. A urbanização ou desruralização da região é observada principalmente em razão da localização geográfica da área - próxima a rios e mar, atraindo a especulação imobiliária voltada para a construção de casas e condomínios fechados de veraneios; embora atualmente estejam se transformando gradativamente em moradias permanentes.

Atualmente, a Zona de Expansão Urbana apresenta 29 condomínios residenciais fechados. Essa nova forma de habitação conta com duas tipologias. Uma, é o condomínio horizontal residencial fechado. As casas, a infra-estrutura e os equipamentos de lazer público são oferecidos prontos para os compradores (FRANÇA, 2005, p. 211).

A outra tipologia postulada pela a autora se refere ao loteamento residencial fechado, do qual o promotor de vendas faz o parcelamento. Estes lotes são vendidos para construção posterior, feita pelo o próprio comprador de acordo com a sua condição de renda e opção arquitetônica. A infra-estrutura e os equipamentos internos são previamente construídos pela incorporadora, à proporção que os lotes são comprados (FRANÇA, 2005, p. 211).

A idéia de segurança, através do isolamento dos centros urbanos, um ideal de segurança pelo o espaço pouco habitado, e a proximidade da natureza conservada, são os principais motivadores para que pessoas com médio a alto poder aquisitivo escolham essas áreas para moradia, o que lhes confere sinônimo de qualidade de vida.

Visto que, mesmo com a falta de infra-estrutura local, o poder econômico dessa parcela da sociedade lhe permite o deslocamento sempre que necessário aos locais de comercialização de produtos a sua escolha, bem como a instalação de equipamentos que garantam o isolamento da convivência com pessoas indesejadas.

De acordo com Wanderley (1998), a feição urbana nos povoados da área de expansão de Aracaju já era denotada desde 1996, com a instalação de estabelecimentos privados como bares e restaurantes, 3.700 domicílios particulares permanentes dos quais 2.500 efetivamente ocupados e 1.650 de uso ocasional como segunda residência, ou de veraneio.

A Zona de Expansão de Aracaju foi definida pela Lei Municipal de nº 873, de 1º de outubro de 1982, compreendendo todo o litoral costeiro sul. A Zona de Expansão se situa na porção sul do município, tendo como limites, o rio Vaza Barris e o oceano Atlântico, a leste; o município de São Cristóvão, a oeste, separado pelo o Canal Santa Maria; e ao norte, o bairro Aeroporto.

Os moradores da localidade, compostos por pescadores e pequenos agricultores, à medida que tomam conhecimento sobre a valorização imobiliária da área, vendem suas terras ao agente incorporador. Após a implantação do sistema de abastecimento de água nessa zona, constatou-se a presença de residências de um segmento social elevado (FRANÇA, 2005).

Conforme aponta Caldeira (2000)

O aparecimento desse tipo de habitação multifamiliar faz parte de um procedimento mais amplo que distingue um padrão de segregação espacial e desigualdade social. Dão-se espaços a outros tipos de espaços segregados, fragmentados e heterogêneos, derivados de transformações nos padrões de moradias dos mais ricos e dos mais pobres, das mudanças constantes de crescimento

demográfico e espacial e, por fim, do aumento do crime violento e do medo, que faz com que as pessoas de classes distintas busquem moradias mais seguras.

Esse processo de ocupação na Zona de Expansão, marcada pelo o poder do capital, tendo implícitas suas desigualdades sociais, vem despertando o olhar da criminalidade que pouco a pouco se incorpora em meio aos moradores trazendo medo e insegurança àquela comunidade que até cinco anos atrás dormia de portas abertas, tamanha a tranqüilidade e a confiança ocasionados pelo o grau de parentesco e amizade dos moradores da área.

“Hoje nós já não conhece o povo todo, é muita gente, até mesmo os filhos de nossos amigos a gente não reconhece mais, antes vivia tudo muito junto na



Figura 2.1. Imagem de Satélite da Comunidade Mosqueiro no Município de Aracaju(SE)
Fonte: SEPLAN/ARACAJU, 2005

A Comunidade do Mosqueiro está localizada no extremo sul da ZEU, no Município de Aracaju. Segundo o macro-zoneamento da Secretária de Planejamento do Município (SEPLAN), o Mosqueiro está compreendido na Zona de Expansão de Aracaju, tendo como limites à Leste, o Oceano Atlântico; à Oeste, o Canal Santa Maria; e o rio Vaza Barris, a Sul e Sudoeste. Onde também se encontra inserida a Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Vaza Barris, instituída pelo Decreto Estadual nº 2.795, de 30 de março de 1990, que determina como área de proteção permanente, a ilha localizada na foz do rio Vaza Barris, Ilha do Paraíso.

O antigo Povoado Mosqueiro, assim denominado, pertenceu ao Município de São Cristóvão, considerada a 4ª cidade mais antiga do Brasil, fato este, que contribuiu na formação de um modo de vida próprio. Conforme aponta Ferreira (1959, p.464), em 1956, o Povoado Mosqueiro era considerado aglomerado de São Cristóvão, e sua população compreendia o total de 546 habitantes (FERREIRA, 1959).

Tradicionalmente, essa área era ocupada por grandes propriedades rurais, voltadas para o cultivo do coco-de-baía, mandioca, melancia, sendo que parte dos moradores, também eram pescadores ou viviam da colheita e descascagem do coco. Por

outro lado, é importante ressaltar que ali ocorre exploração petrolífera, economicamente muito importante não só para a região, como para todo o município (FRANÇA, 2005, pp.209).

A cultura do coco da baía prevalece ainda na comunidade como forma de sobrevivência de algumas famílias proprietárias de sítios que mantêm relações comerciais com pequenos comerciantes de coco verde em Aracaju, mas principalmente com comercialização do coco seco.



Figura 2.2: Cultura do coco – trabalho e sobrevivência
Fonte: Trabalho de Campo, 2006

O relevo da região está assentado sobre terrenos dos sedimentos costeiros do quaternário, apresentando campos de dunas, lagoas, e sua principal economia está direcionada para o cultivo de coco da baía e a pesca artesanal.



Figuras 2.3 e 2.4: Paisagens da Comunidade Mosqueiro
Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Até 1960, os acessos entre Aracaju e Mosqueiro eram restritos, fazendo com que muitos pescadores se deslocassem a pé, ou em lombos de animais, ou em barcos à vela, pelo canal Santa Maria, para comercializarem seus produtos nos mercados de Aracaju.

De acordo com moradores locais, os peixes eram salgados para suportar o tempo de viagem, que em caminhadas chegavam a três dias.

...”Desde os quatorze anos que pesco na maré, lembro que saía daqui com minha tia levando os peixes dentro dum cesto, com a rudia feita de pano na cabeça, nós ia de tamanco de madeira caminhando até a Atalaia, o meu cesto era menor, lá a gente dormia na casa de amigos também pescadores e no outro dia ia pra pedra (Mercado de Aracaju) vender o peixe”...(Mulher, 76 anos)

Na década de 1980, os acessos são facilitados com a construção da Rodovia dos Náufragos, dentre outras melhorias feitas na área. As relações com Aracaju se intensificam, os terrenos se valorizam aumentando a demanda de áreas para construção e despertando em alguns moradores a chance de obter lucros através da venda de seus lotes ou de parte deles.



Figura 2.5: Rodovia dos Náufragos - Comunidade Mosqueiro
Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Moradores da Capital passam a freqüentar o Povoado, enquanto veranistas, continuam adquirindo terrenos e construindo casas. Atualmente, algumas delas se tornaram moradias permanentes, acentuando-se o processo através da especulação imobiliária, que ao longo dos anos vem se efetivando fortemente, fato evidenciado no número de condomínios fechados construídos à beira-mar nessa área e em loteamentos na parte sul e oeste da comunidade.



Figura 2.6 e 2.7 Formas de ocupação do espaço: condomínios fechados a beira-mar
Fonte: Trabalho de Campo, 2006

“Muitos moradores daqui venderam parte de suas terras bem barato e ficam morando apertados, junto com familiares” (Morador, 31 anos).

Em razão da ocupação do território do Mosqueiro se caracterizar por áreas de sítios, é comum encontrar vários membros da mesma família que vão casando e constituindo família morando na mesma área. É uma espécie de condomínio familiar, que possibilita questionar se esta condição implica um modo de vida próprio ou aceito por limitações econômicas que não mais permite a compra de espaços para construção de novas moradias.

“Na verdade o Mosqueiro, a Comunidade do Mosqueiro se reconhece como uma grande família. Aqui todos se conhecem e se ajudam. O grau de parentesco é muito grande”. (Moradora, 25 anos).

De acordo com o IBGE, Censo (2000), a Comunidade Mosqueiro está localizada no Setor 468 da Zona de Expansão, cuja população corresponde a 964 habitantes. No entanto, durante a pesquisa, através da observação e aplicação de entrevistas junto aos moradores, estes delimitam o Mosqueiro a partir da sua identidade com o território.

Assim, segundo moradores, o Mosqueiro se situa nos setores 465 a 471 da Zona de Expansão de Aracaju, limita-se ao norte com o Povoado Areia Branca e ao sul com o rio Vaza Barris, delimitado desta mesma forma pelo o Poder Municipal, conforme se constatou através de dados colhidos no Posto de Saúde Niceu Dantas, situado na Comunidade, que apresenta número populacional correspondente a 4.091 distribuídos em sete micro-áreas.

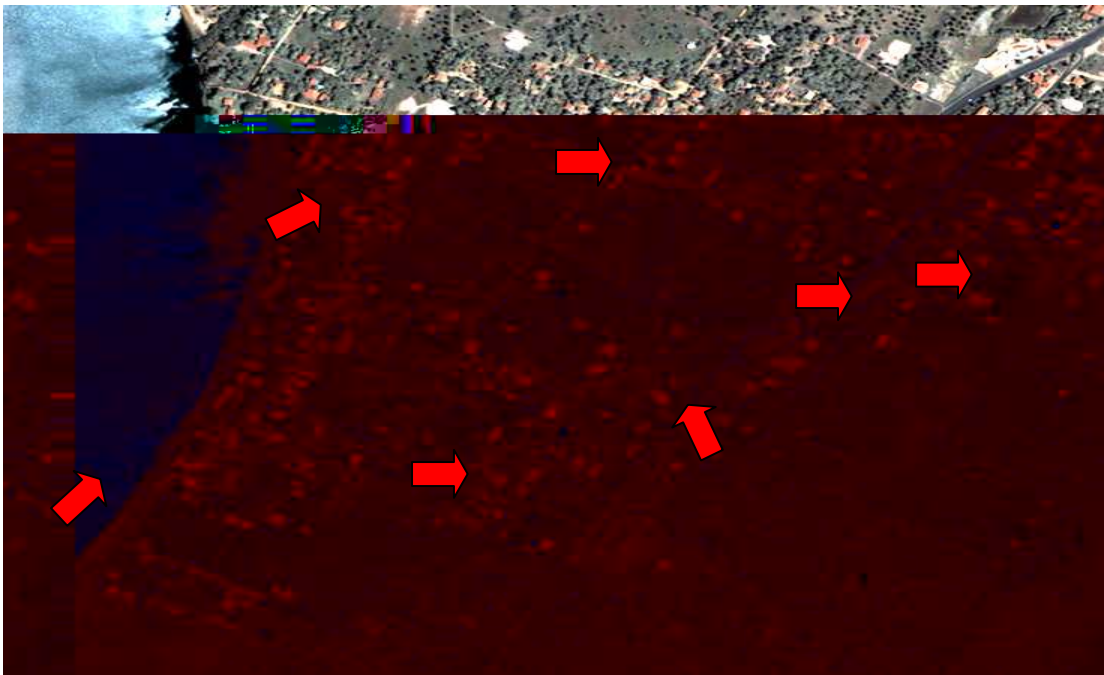


Figura 2.8: Pontos de maior concentração de moradores locais da Comunidade do Mosqueiro
Fonte: Seplan, 2003

2.2. Desterritorialização em Comunidades Pesqueiras

O Estado moderno tende a ser monocultural. Vê-se mais a colonialidade que o colonialismo. É com base na propriedade privada que se instaura a idéia de territórios mutuamente excludentes, que começa com uma cerca na escala do espaço vivido e se consagra pelo o Direito Romano, à escala nacional (Gonçalves, 2003, p. 67).

Na direção do pensamento de Milton Santos, o território contém formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado (Santos, 2003, p.138).

O espaço territorial, ocupado pela comunidade do Mosqueiro, configurava-se a base de sua cultura, alimentada pela a atividade pesqueira, que segundo Claval (2001, p, 63) é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, e em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte.

Nele, seus moradores correlacionam o modo de vida comunitário, que num passado próximo era latente, sua ligação de existência com o ambiente natural. E, conforme aponta Dolffus (1991), cada agrupamento humano possui uma percepção própria do espaço por ele ocupado e que, desta ou daquela maneira, lhe pertence.

É a partir da noção de espaço, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que se podem reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas de conteúdos (SANTOS, 2004).

A paisagem da Comunidade reflete as intervenções sofridas ao longo dos anos, onde elementos que compunham a paisagem como, dunas, lagoas vão desaparecendo para dar vida a um novo lugar com novos personagens, nova relações, novo modelo estrutural, desencadeando um processo de desterritorialização na Comunidade.

Esse processo vem ocorrendo gradativamente, há cerca de 20 anos, com a presença de veranistas e tem se intensificando a partir de meados de 1990 com a crescente construção de habitação impulsionada pela incorporação dessa área em Zona de Expansão da Capital sergipana.

Com a mudança, a comunidade nativa vem sofrendo fortes influências configurando na descaracterização:

1. Territorial e espacial: o número de novos moradores cresceu assustadoramente. Quase sempre pessoas de poder aquisitivo médio e alto, que compram dos nativos as áreas nobres à beira do rio, estes cercam suas casas e passam a impedir o acesso dos pescadores ao rio. Por essa razão, muitos moradores já não

se julgam pertencentes ao local. Desse modo, emerge a disputa entre a posse comunal tradicional e a propriedade privada, legal e burocratizada. As duas se sobrepondo no mesmo âmbito espacial, isto é, o conflito é inerente a essa situação, na medida em que duas coisas não podem ocupar o mesmo espaço (Moraes, 2002).

2. Cultural e social: novos valores foram incorporados com a chegada dos veranistas, de novos moradores e turistas e se intensificaram após a construção da Rodovia dos Náufragos, favorecendo o consumismo, a exploração de mão-de-obra, a inclinação para novas atividades trabalhistas, a perda da identidade para muitos. Por conseguinte, novas relações intra-societárias são desencadeadas pelas relações intersocietárias (Moraes, 2002), afloram novas relações, novos interesses e mesmo novos atores sociais.
3. Econômica: Com o fortalecimento de novos atores sociais estabelecendo o poder econômico, uns sobre os outros, surgem novas relações trabalhistas e com elas novos modelos operacionais. É reconhecido na literatura que a sustentabilidade é ameaçada quando certos valores e práticas são destruídos (Melo e Souza, 2002). Pesca industrial (embarcação e patrão X pescadores e mestres) e a subversão advinda de relações advindas das novas sociabilidades construídas entre locais e forasteiros a partir da intensificação do turismo na área (Melo e Souza, 2002).
4. Ambiental: muitos fatores põem em risco os recursos naturais da região, principalmente as espécies de peixes do Rio Vaza-Barris e os manguezais tidos em abundância no Mosqueiro, porém fragilizados em decorrência do desmatamento, aterramento, lixeiras, da pesca predatória, excrementos decorrentes de parcelamento de solo para cultivo de espécies exóticas em áreas próximas e principalmente pelo aumento do número de famílias que dependem cada vez mais desse ecossistema.

Entendendo que este processo ocorre à medida que há ruptura das relações culturais que estão intimamente ligadas ao espaço territorial ocupado, passando a reproduzir um novo significado ao lugar mediante a presença de atores sociais que

estabelecem dinâmica de ocupação e dependência com o ambiente natural diferente do existente anteriormente.



Figura 2.9 : Heterogeneidade na forma de ocupação do lugar.

Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Assim como essa heterogeneidade, na forma de ocupação do lugar, ocorre explicitamente, o mesmo acontece em relação às atividades pesqueiras, que pouco a pouco perdem espaços para os sub-empregos derivados dos novos grupos sociais. Assim, encontra-se entre filhos de pescadores, novo destino que cortam seus laços com o seu território, com a sua cultura, quebrando um ciclo que há mais de um século resistia no lugar.

“Eu queria mesmo era morar em Aracaju, no Augusto Franco (Bairro de Aracaju) que é um bairro movimentado. O Mosqueiro é muito parado não tem nada pra gente jovem fazer. E a escola daqui não dá condição de aprender, pra

ser alguma coisa a gente precisa sair pra estudar em Aracaju” (Moradora, 15 anos).

Cabe destacar que o território está envolvido nos processos de produção de uma sociedade. Os objetos espaciais refletem os conteúdos

3. METODOLOGIA: O CAMINHAR DA PESQUISA

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 1998). Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar necessário no desenvolvimento das pesquisas, uma vez que busca o direcionamento do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade.

Em contradição ao exposto, Feyerabend (1989) argumenta que nada substitui a criatividade do pesquisador. Observa ele que o progresso da ciência está associado mais à violação das regras do que à sua obediência.

Da forma como tratamos nessa pesquisa, a aplicação da metodologia significou parâmetros para caminhar no conhecimento teórico e empírico, entretanto, a criatividade e especialmente a sensibilidade, significou um único caminho a seguir, capaz de evidenciar os dados pertinentes à pesquisa, mantendo, sobretudo a confiança do grupo mediante os questionamentos da pesquisadora.

Assim, tem-se que relativizá-la, entendendo que há outras formas de conhecimento. Desse modo, cada método admite as técnicas mais adequadas para atingir os objetivos definidos (CORIOLANO, 2004).

3.1. Caracterização do Estudo

A pesquisa na Comunidade Mosqueiro se caracteriza por ser qualitativa, pois contempla temas como participação, lugar, significados, política. A abordagem qualitativa possibilita compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, e em dadas situações as observações qualitativas podem ser usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais (LUSTOSA, 2003, p. 117).

O estudo também compreende um caráter exploratório e descritivo, uma vez que se levantaram dados que foram descritos, de modo a estimular estudos e considerações futuras, fundamentadas em concepções teóricas, pois segundo GIL (1994:44) as

pesquisas exploratórias têm como principal finalidade, não apenas “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, mas também proporcionar uma visão geral, aproximativa, de um determinado fato.

Assim, a pesquisa proporcionou maior conhecimento do problema evidenciado na Comunidade Mosqueiro, e descreveu a partir da participação dos atores sociais, caminhos para uma nova realidade comunitária mediante processo de fortalecimento da cultura local.

3.2. Definição da Amostra

No primeiro momento, a amostra para essa pesquisa era de 237 famílias de pescadores, dado apresentado pelo o Presidente da Associação de Bairros da Comunidade Mosqueiro. Mas, de acordo com a Presidente da Colônia de Pescadores de Aracaju, o número de pescadores devidamente cadastrados, que residem no Mosqueiro, compreende 150 pessoas, dentre essas, 100 homens e 50 mulheres (pescadores, pescadoras e marisqueiras).

Mesmo diante dos dados oficiais, observa-se que na comunidade alguns moradores, filhos, netos de pescadores exercem o ofício independente de estarem ou não cadastrados na Colônia e/ou Associação de Pescadores. Pois, para muitos pescadores e pescadoras a pesca representa o único meio de sobrevivência, e se configura também para outros, como complemento de renda e lazer, no qual famílias inteiras compartilham dessa prática. Possibilitando uma variação do número oficial apresentado para maior.

Torna-se necessário também considerar o aumento do número de famílias moradoras vindas do interior do Estado de Sergipe e de Estados mais próximos como Alagoas e Bahia a fim de prestar serviços em condomínios na região, se incorporando, dessa, forma na comunidade.

Considerando essa realidade, observou-se que o universo da pesquisa é a comunidade como um todo, com seus diversos atores sociais interagindo

simultaneamente, uma vez que há a necessidade de identificar as percepções dos moradores a partir das transformações ocorridas no lugar onde eles moram.

Segundo dados colhidos no Posto de Saúde Niceu Dantas localizado no Mosqueiro, através do Programa de Saúde da Família¹ – o local possui 1.183 famílias, totalizando uma população de 4.091 habitantes residindo em sete micro-áreas.

Assim, para a aplicação dos questionários (ver anexo A – Questionário 01) na Comunidade do Mosqueiro a fim de identificar indicadores sociais, econômicos, e perceber os problemas ambientais (ver anexo A – Questionário 02).

A amostra definida considerou 10% do número de famílias que ocupam cada uma das sete micro-áreas da Comunidade, que para facilitação da coleta tiveram seus percentuais distribuídos de forma que se tornassem números inteiros, resultando num total de 120 famílias, conforme quadro 3.1. descrito a seguir:

Micro- área	Localização na Comunidade	Nº Famílias	Nº Habitantes	Amostra 10%
01	Proximidade Loteamento São Judas / Praia	207	764	21,0
02	Ecuriais (lado esquerdo do Posto Rodoviário Federal)	172	572	17,0
03	Final de Linha (Marina / Recanto dos Evangélicos)	125	413	13,0
04	Rod. Dos Naufragos (à direita) / Loteamento Galego/Rua E	172	604	17,0
05	Beira Rio/Lot. Galego (direção Tanga Voou)	166	543	17,0
06	Malvinas (esquerda de Matapuã)	158	596	16,0
07	Selva (Parte a direita de Matapuã/esquerda Rod. Naufragos)	192	699	19,0
	TOTAL DA AMOSTRA (FAMÍLIAS)			120,0

Quadro 3.1: Micro-áreas da Comunidade Mosqueiro

Fonte: Posto de Saúde Niceu Dantas, 2005.

¹ PSF – Programa de Saúde da Família implantado no governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Programa é ampliado quanto a sua forma de implementação, aumentando o número de agentes de saúde por áreas trabalhadas, de acordo com informações colhidas no Posto de Saúde Niceu Dantas .

Durante os dias 10 e 11 de outubro de 2005, foram aplicados 128 questionários, visando ao levantamento de dados sobre a renda, atividades exercidas pela população, condições de domicílio e forma de abastecimento de água da população residente na área da pesquisa tendo em vista a realização de comparativo com dados do IBGE (Censo, 2000), sobre as condições de vida da comunidade, e para utilização durante as oficinas participativas, identificando e comparando dados a partir da percepção do conceito de qualidade de vida dos moradores. O acréscimo no número de questionários se deu devido à necessidade que sentiu a pesquisadora, no decorrer da pesquisa, em abordar outras famílias, em busca mais informações.

A proposta de aplicação de um questionário preliminar partiu da própria comunidade durante a 1ª oficina que sinalizou nesse sentido, a fim de se perceber dentro da comunidade, de avaliar a atuação das lideranças, bem como lançar propostas a curto prazo mediante resultado da pesquisa. Já que a grande preocupação dos participantes residia no fato de os poços artesianos estarem contaminados pelos cemitérios clandestinos. Houve, portanto, a necessidade de conhecer a realidade local, a fim de se negociar, junto às autoridades, públicas uma solução.

As informações colhidas foram analisadas e comparadas com o resultado obtido nessa mesma área durante Censo IBGE (2000).

A aplicação do segundo questionário, no total de 120 aconteceu no período de julho/2006, o qual teve como finalidade analisar a percepção ambiental dos moradores, a partir da identificação das questões que lhes eram mais importantes, identificar suas relações com os recursos naturais, o pertencimento com o lugar, e as ações do Estado em políticas públicas na área pesquisada.

Deve-se ressaltar que em meio às perguntas e respostas do questionário as falas dos entrevistados por muitas vezes se ampliavam findando em belos e ricos depoimentos de histórias de vida, e da parte da pesquisadora, a oportunidade de falar sobre a importância da EA para o fortalecimento do coletivo através da participação, visto que muitos dos entrevistados não participaram das oficinas realizadas no decorrer da pesquisa.

Quando nos voltamos a construir ou usar dados, precisamos ter em mente, de modo crítico, o que o dado significa metodologicamente, sobretudo, o que, ao lado de revelar, também encobre (DEMO, 1997, p. 82).

Com essa preocupação, e tendo o entendimento que uma pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas sim na identificação de quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado (DESLANDES, 1994, p. 43), durante as primeiras visitas à comunidade, conforme se apresenta o Quadro 3.2, através da observação e de apontamentos dos moradores locais, foram identificadas as lideranças, dentre outros prestadores de serviços essenciais na comunidade para serem entrevistados, e participarem das oficinas de EA, o que não excluiu a participação espontânea dos demais atores sociais da comunidade nas atividades.

Representantes Sociais na Comunidade Mosqueiro	Nº de Entrevistas/Períodos
Associação de Moradores Local	02 - até o momento atual Junho/2005 e Julho/2006
Associação dos Pescadores	02 – Junho/2005
Colônia de Pescadores de Aracaju	02- Junho/2005 e Julho/2006
Representante da Escola Pública Estadual Local	01 - Julho/2006
Representante da Escola Pública Municipal	01- Julho/2006
Representante do Posto de Saúde Local	02- Julho/2006
Moradores dos Condomínios e Casas de Veraneios	02 - Julho/2006
Representantes das Igrejas Evangélicas	01 - Junho/2005
Representante da Igreja Católica	Julho/2006
Representantes dos Grupos Folclóricos	02- Junho/2005 e Julho/2006

Quadro 3.2: Segmentos sociais na Comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2005 -2006

Conforme aponta Minayo (1992), uma amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

O procedimento utilizado na pesquisa foi o estudo de caso cujo objeto é a Comunidade do Mosqueiro da qual se analisa o processo de desterritorialização, descrevendo a contribuição da EA para o fortalecimento do coletivo. A essência de um estudo de caso é o de tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (Schramm, 1971 apud Yin, 2001, p. 31).

Outro método empregado foi a pesquisa bibliográfica, que segundo aponta Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo-se de livros e artigos científicos e de publicações periódicas, assim como de dissertações e pesquisas publicadas que revelam os temas pertinentes à pesquisa. Dentre os de maior importância, apresentamos sobre Meio Ambiente, Educação Ambiental, Comunidades Pesqueiras, (Des) territorialização, Identidade, Sociedade/Natureza.

A pesquisa documental também está presente nesta pesquisa a fim de identificar informações junto aos órgãos competentes (Prefeituras de Aracaju, IBGE, IBAMA, ADEMA, SEPLAN) referentes ao período e forma de ocupação da área; renda, população; políticas públicas destinadas à comunidade; Leis de preservação ambiental, projetos de cunho desenvolvimentista a serem implementados por empresas privadas na área pesquisada;

3.3. Instrumentos de Coleta de Dados

A observação em loco teve como proposta mapear as lideranças existentes na comunidade, bem como atender aos objetivos específicos no que diz respeito ao levantamento de indicadores que identifiquem a atuação do Estado na Comunidade; caracterizar a área e a população, as possíveis formas de uso dos recursos naturais, e possíveis conflitos existentes.

As entrevistas foram aplicadas junto às lideranças locais e representantes de órgãos públicos que tem envolvimento direto nas questões que permeiam a pesquisa a fim de se apontarem os problemas mais graves enfrentados na comunidade, e que estão contribuindo para a aceleração do processo de perda da identidade dos moradores do Mosqueiro, e aspirações futuras.

Aplicação de questionários - os questionários com perguntas abertas e fechadas foram aplicados em duas etapas: sendo a primeira para realização de comparativo das informações divulgadas pelo Censo/IBGE 2000 nos aspectos renda, ocupação/trabalho, condição do domicílio e, posteriormente, uma segunda, com a finalidade de identificar a percepção ambiental dos moradores da área em questão.

Nas oficinas temáticas, foram discutidos os resultados dos levantamentos de dados realizados por meio dos questionários e entrevistas, sendo apontadas, pela comunidade, as prioridades nas discussões, compromissos coletivos e propostas para possíveis soluções dos problemas apontados. Nesse sentido, foram realizadas seis oficinas com as lideranças e demais participantes que se interessaram pelo o assunto em discussão, ou seja, problemas e opressões comuns.

O convite para a participação do primeiro encontro se deu aos líderes comunitários pessoalmente e/ou por telefone e através de comunicados, durante celebrações religiosas, (missas e cultos) para aqueles que tivessem interesse em participar das discussões.

Durante as oficinas, a pesquisadora contribuiu enquanto facilitadora para a compreensão da EA, para importância de se preservar o modo de vida comunitário, e para estimular mobilização social e a partilha da responsabilização social. Nessa etapa metodológica foram, realizadas seis oficinas com as lideranças e demais participantes que desejaram se inserir nas atividades.

O Diagnóstico Rápido Participativo foi utilizado para fazer a reconstituição do modo de vida comunitário no passado, no presente e perspectivas de futuro sob o olhar dos envolvidos, e por meio dos relatos de suas próprias existências.

Estavam presentes na oficina cerca de 25 pessoas, com idades variadas, mas prevaleciam entre as demais, pessoas da 3ª idade. O método pretendia fazer uma reconstituição do modo de vida comunitário a fim de se construírem as cartas de memória.

As orientações foram passadas aos presentes para que se dividissem em três grupos por afinidade, e que elessem em cada grupo um redator e uma pessoa que fosse capaz de reproduzir as histórias de vidas através de desenhos.

Propositadamente, o 3º Grupo foi composto apenas por duas jovens na mesma faixa de idade, a fim de se obter a leitura mais recente do espaço territorial ocupado, fazendo um contraponto com os dois grupos anteriores.

Não foi estabelecido um limite de tempo para essa construção, ficaram à vontade para esgotar suas lembranças, sendo interrompidas ao lembrarem dos afazeres domésticos que os aguardavam em suas casas. Essa técnica durou aproximadamente três horas.

A construção foi aceita com muito entusiasmo. E à medida que as histórias de uns se entrelaçavam nas dos outros, podiam se ouvir desde as travessuras de crianças aos medos em período da guerra.

Ao final da construção, todos ficaram reunidos e cada grupo partilhou sua construção lendo o texto e apresentado o modo de existir através do desenho. Um momento de muita emoção, pois se reconheceram como construtores não apenas de suas vidas, mas de um lugar chamado Mosqueiro.

As técnicas empregadas no DRP oferecem alternativas eficazes para o estudo de problemas específicos, possibilita a valorização rápida e funcional do saber, analisa dificuldades e potencialidades da população local e oportuniza a busca de estratégias para a solução de problemas e de conflitos (Susin, Alves e Gomes, 2001,79).

3.4. Roteiro das Oficinas

3.4.1. Primeira Oficina

A 1ª Oficina aconteceu em 01 de setembro de 2005, no espaço da Igreja Católica da Comunidade, no horário noturno (ver anexo C – 1ª Oficina), e com a participação de 16 moradores locais. Foi apresentado o porquê da escolha do lugar (Mosqueiro) para a realização da pesquisa, a comunidade, os objetivos propostos e a metodologia que seria utilizada. Ou seja, a elaboração de um diagnóstico, referente aos problemas da comunidade feito a partir da participação dos sujeitos locais, que seria pauta de discussão e levantamento de dados para as próximas oficinas.

3.4.2. Segunda Oficina

A segunda reunião foi realizada no Salão Paroquial da Igreja Matriz, no horário noturno, no dia 15 de setembro de 2005, com a participação de 20 pessoas (Representantes das Pastorais da Igreja Católica, Representante da Igreja Evangélica, Representante da Colônia de Pescadores de Aracaju, jovens da Comunidade e Representante do Reisado do Mosqueiro).

O foco central foi a água, com a apresentação dos dados levantados na comunidade, através da aplicação de questionários sobre: a forma de utilização da água nas residências; o nº de moradores que ainda utilizam poços artesianos; quais as áreas de maior incidência desse fato; a relação da renda familiar na condição de ter ou não água tratada na residência; apresentação do quadro emitido pela Companhia de Abastecimento de Água do Estado contendo o nº de residências abastecida na Comunidade; as áreas sem ligação de água tratada; as residências ligadas com pendências; e as que estão com o seu fornecimento cancelado.

3.4.3. Terceira Oficina

A oficina foi realizada na Igreja Evangélica da comunidade no horário noturno, com a participação das lideranças da comunidade, em torno de 8 pessoas, no dia 20 de setembro de 2005, com uma reavaliação em 06 de outubro de 2005, no mesmo local sobre o mesmo assunto. E as solicitações foram apresentadas, inclusive repassadas folhas do abaixo-assinado para a coleta de assinaturas naquela Unidade de saúde, durante reunião do Conselho de Saúde da Comunidade, o que certamente veio a contribuir com a agilidade do processo que contemplou o pleito.

O tema principal foi “Saúde da Comunidade e atuação do Posto de Saúde local”. Os principais problemas de saúde dos moradores, as suas causas e sobre a fragilidade do Posto de Saúde quanto a estrutura física e sua funcionalidade, diante do número de famílias que depende exclusivamente desse serviço.

3.4.4. Quarta Oficina

Aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2006, na Escola Municipal Elias Montalvão, às 19 horas, com a participação de 16 pessoas da comunidade dentre elas representantes da Associação de Bairro, Conselho de Saúde, Colônia de Pesca, estudantes, professores e comerciantes locais.

Com a proposta de discussão sobre a origem e formas de atuação da Educação Ambiental em comunidades, enquanto caminho para o fortalecimento dos sujeitos. Os recursos utilizados foram: cartolina, canetinhas, a lousa e discussão com a participação de todos os presentes.

3.4.5. Quinta Oficina

A oficina aconteceu na manhã do dia 28 de julho de 2006, no espaço de convivência social do Posto de Saúde Niceu Dantas. Nesse dia, utilizou-se a técnica do Diagnóstico Rápido Participativo com os grupos presentes, compostos por 25 pessoas

de diversas idades, mas prevalecendo a 3ª idade a fim de se construírem as cartas de memória por meio dos relatos dos moradores locais.

A proposta da realização dessa oficina, na Unidade de Saúde, partiu da informação fornecida através da Assistente Social, de que havia nas sextas-feiras atividades de socialização com os moradores da 3ª idade da Comunidade, e que alguns destes vinham acompanhados por familiares de menor idade.

Observou-se naquele momento de interação o ambiente ideal para a aplicação da técnica, visto que realizar essa atividade, no horário noturno, limitaria a participação dos principais envolvidos.

3.4.6. Sexta Oficina

A sexta oficina foi realizada em 13 de setembro de 2006, na Escola Municipal José Carlos Teixeira situada na Comunidade, com a presença de 19 pessoas conforme Ata (ver anexo B – Ata Resort).

Esta se configurou em um exercício prático das nossas discussões, pois os empreendedores do futuro Resort a ser construído na Comunidade marcaram uma audiência pública através da Empresa Consente para a explanação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Resort Ponta do Mosqueiro.

3.5. Tratamento e Análise dos Dados

Os dados colhidos através da aplicação dos questionários foram tabulados e apresentados em forma de mapas, gráficos e quadros com seus respectivos resultados e análises contextualizadas.

Os resultados obtidos durante as entrevistas foram levados à discussão nas oficinas temáticas e posteriormente organizados e descritos em tabela na qual constam: as razões da situação detectada, e ações propostas pela comunidade a serem implementadas a curto, médio e longo prazo.

A pesquisa de cunho participativo resgata para a comunidade o poder de pesquisar para si mesma” (GIL, 2005). E assim, estabelece diretrizes, ações estratégicas que conduzam ao processo de empoderamento da comunidade e a reavaliação das políticas públicas direcionadas à região, a partir da reflexão dos envolvidos.

Pois como aponta Viezzer e Ovalles (1995), não podemos mais nos limitar a utilização dos métodos clássicos de pesquisa que acabam ignorando a capacidade e o poder de decisão dos cidadãos comuns.

E complementa Gil (2005): ela pode, portanto, ser entendida como um desafio à autoridade científica, já que tende a permitir que as comunidades possam sistematizar e analisar todo o conteúdo empírico das situações com que se confrontam e conseguir criar instrumentos para a mudança.

3.6. Trabalho de Campo

No trabalho de campo é possível visualizar todo o caminho de forma concisa da metodologia proposta para esse estudo. Uma descrição que contempla a aproximação e escolha do local de pesquisa, a aceitação da comunidade traduzida por meio da participação dos moradores locais nas oficinas e a partilha de informações substanciais para a construção do conhecimento sobre lugar. É um olhar sobre todo o caminho percorrido em forma de procedimentos.

1º Procedimento - Um olhar sobre a área de pesquisa

Nesse primeiro momento, foi realizada a identificação e visita à área de pesquisa na qual permitiu a delimitação quanto ao espaço territorial e observação das fragilidades sócio-ambientais pertinentes às questões de pesquisa.

As lideranças comunitárias foram identificadas por meio dos próprios moradores que apontaram os líderes representantes de Associações, e/ou Colônia, bem como, as lideranças naturais, algo muito comum em comunidades com modos de vida singular.

2º Procedimento - O encontro com a comunidade

O encontro com a comunidade aconteceu no dia 18 de julho de 2005 a fim de apresentar as lideranças comunitárias às razões da escolha do lugar e a proposta de pesquisa que passaria a ser desenvolvida na comunidade mediante a aprovação e especialmente a contribuição dos moradores do lugar.

Nesse encontro formal, também foram delineados os temas de maior relevância para a comunidade a fim de serem discutidos posteriormente em oficinas participativas de Educação Ambiental.

3º Procedimento - Caminhar e desvendar os objetivos propostos

O caminhar na pesquisa implicou um longo percurso envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais a fim de levantar dados secundários pertinentes às questões históricas, demográficas, sociais, econômicas e ambientais, assim como a pesquisa bibliográfica fundantes aos temas desenvolvidos para a dissertação.

As entrevistas foram realizadas com lideranças locais, autoridades de órgãos Federal, Estadual e Municipal, com novos moradores e pessoas residentes em Aracaju que exercem atividades remuneradas na comunidade, visando à obtenção de dados primários relacionados à comunidade estudada.

A aplicação dos questionários (ver anexo B – Questionário 01, Questionário 02) aconteceu em dois momentos a fim de se contemplar condições sócio-econômicas e a percepção ambiental dos moradores locais.

Durante toda a pesquisa, o registro fotográfico se constituiu um elemento da pesquisa, cuja autoria foi da própria pesquisadora, bem como a utilização de fotos por satélite, fornecido pela Secretaria de Planejamento do Município de Aracaju.

4º Procedimento - Construir novos caminhos

As oficinas temáticas possibilitaram a comunicação entre os moradores sobre o educar para o ambiente, assim como a percepção da importância da participação comunitária para a gestão ambiental.

Nesse momento, foi possível partilhar, com os participantes, dados coletados na aplicação dos questionários, entrevistas, e informes importantes sobre políticas e programas de desenvolvimento a serem aplicados na comunidade, e que rendeu subsídios suficientes para a construção de propostas em prol da coletividade.

4. MODO DE VIDA COMUNITÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA EXISTÊNCIA

- **Abastecimento de Água**

Até o ano 2000, segundo o IBGE, não havia nenhum domicílio abastecido com água tratada na Comunidade Mosqueiro. As residências eram abastecidas apenas por poços artesianos perfurados dentro das propriedades.

De acordo com dados colhidos na Companhia de Abastecimento (DESO), na Capital sergipana, o processo de abastecimento com água tratada na área pesquisada se deu a partir de 2003, momento de pleno avanço do processo de construções dos condomínios na região, e, sobretudo porque alguns desses compradores passaram a ter moradia fixa na área.

Esses novos moradores exerceram uma pressão sobre os donos de loteamentos, visto que há leis que obrigam a entrega destes imóveis com infra-estrutura adequada à moradia. E, além disso, um outro fator influenciou nesse processo.

Durante muitos anos a área onde estão localizados, atualmente, alguns desses condomínios, serviu de cemitérios aos moradores locais.

De acordo com os moradores mais antigos da Comunidade, era comum para aqueles que tinham grandes quantidades de terras enterrarem seus mortos dentro de suas propriedades, visto que o antigo Povoado não possuía (e continua a não possuir) cemitério público, bem como cediam espaços para aqueles conhecidos ou parentes que não dispunham de terras suficientes para esse fim.

Essas áreas, comumente, se situavam à grande distancia das residências, estando mais próximas da linha de mar, atualmente em grande evidência para especulação imobiliária.

De acordo com dados coletados na Companhia de Abastecimento de Água de Sergipe (DESO), em outubro de 2005, o setor 64, como é identificada a área do

Mosqueiro (desde limite com o Povoado Área Branca, incluindo Matapuã - área predominantemente ocupada por casas de veraneios) possui, atualmente, 459 ligações; destas, 391 continuam ligadas; 45 estão cortadas por falta de pagamento e 23 foram suprimidas por não haver mais nenhum tipo de negociação.

O Presidente da Associação de Moradores do Mosqueiro da Comunidade, pessoa responsável pela solicitação da ligação de água das casas dos nativos, assegura que o serviço é uma necessidade de todos, mas, infelizmente, nem todos tem condições de pagar por ele, e ainda tem aqueles mais antigos que não aceitam a água clorada e prefere a água de poço.

Assim, percebe-se, através do gráfico 4.2, que há um esforço por parte da comunidade em fazer uso desse serviço essencial à saúde humana, no entanto, o número de moradias que ainda permanece sem a água tratada é muito grande, em torno de 57,03%, principalmente, em razão da condição econômica.

Esse percentual é evidenciado em maiores proporções nas áreas das Malvinas e Escuriais; espaços ocupados pelas camadas mais carentes da Comunidade. O número evidenciado pela pesquisa contraria o percentual informado pelo o Presidente da Associação de moradores que afirma que esse número de ligações atinge cerca de 90% das residências do Mosqueiro.

De acordo com o gráfico abaixo, 19,53% dos residentes apontam a necessidade de ter a água tratada pelo menos em um cômodo da casa em virtude de utilizá-la para beber e para o cozimento dos alimentos. Segundo eles “é o necessário”.

No entanto, declararam durante a aplicação do questionário não dispor de condições financeiras para instalação da tubulação para outros cômodos, bem como de assumir uma tarifa de valor mais alto.

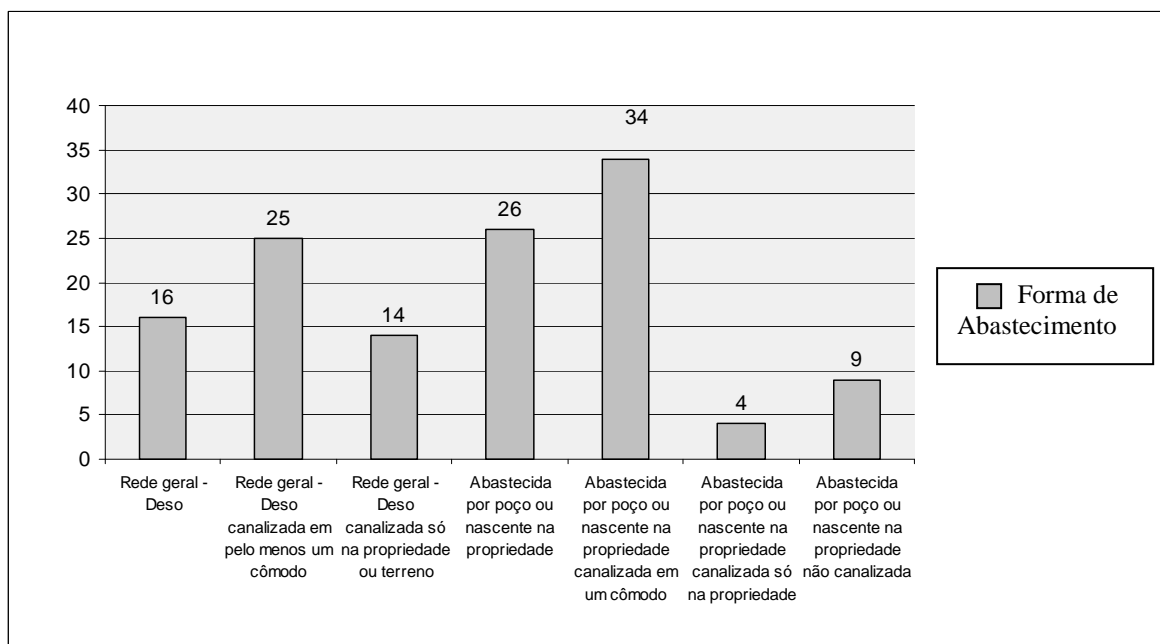


Gráfico 4.2 - Comunidade Mosqueiro (Aracaju/SE) Forma de Abastecimento
 Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Um novo dado, que diferenciou os resultados do Censo 2000, surgiu. Foi uma nova forma de abastecimento, a auxiliada por parente e/ou vizinhos em que era estabelecida, entre eles, a forma de pagamento.

Verificou-se, durante a pesquisa, que aproximadamente 6% dos entrevistados, nesse quesito, são abastecidos com a ajuda de parentes e/ou de vizinhos, por não possuir condições econômicas e físicas de acesso ao abastecimento de água em suas residências.

- **Renda dos Moradores**

A abordagem da renda da família estimulou, no grupo participante das oficinas, uma discussão a fim de buscar, junto a Companhia de Abastecimento, a negociação das pendências detectadas e a possibilidade de inclusão das famílias economicamente frágeis em programas sociais.

A pesquisa foi aplicada exclusivamente nas casas dos moradores locais, e aproximadamente 59% dos entrevistados percebe uma renda de até ½ a 1 salário mínimo, sendo que desse percentual 55% são moradores das áreas Escuriais e Malvinas.

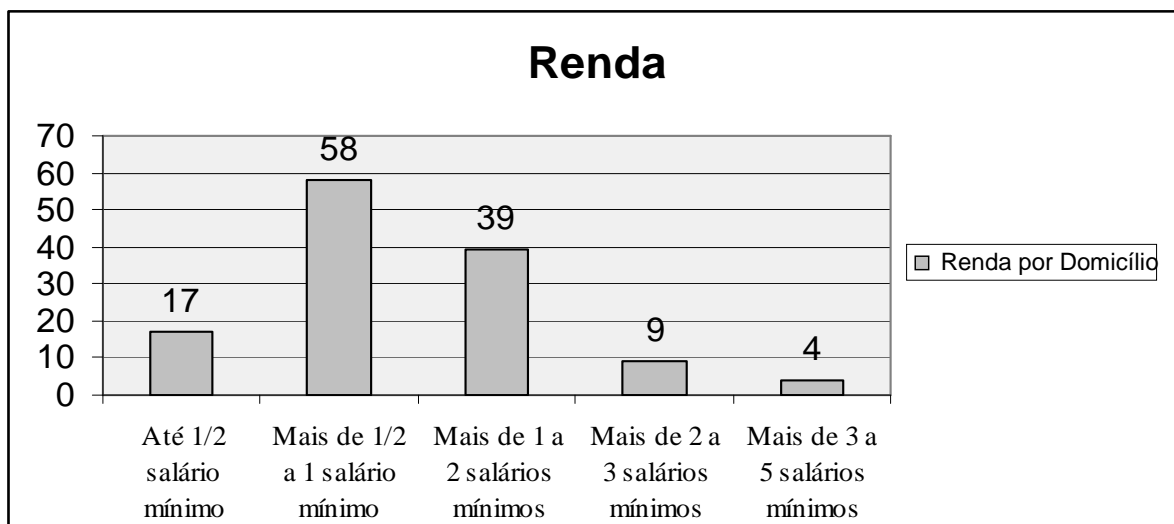


Gráfico 4.3: Renda Familiar
Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

- **Ocupação e Quantitativo no Mercado de Trabalho**

Outro ponto que chamou bastante a atenção dos presentes, nas oficinas participativas, foi para a diversidade de ocupações existentes na Comunidade. As transformações, na forma de ocupação do território, favoreceram para legitimar essa transformação.

O crescimento populacional interno e migratório, as dificuldades enfrentadas na pesca, a falta de organização coletiva para se planejar ações estratégicas de resistências contribuíram para a realidade do gráfico 4.4 abaixo representado.

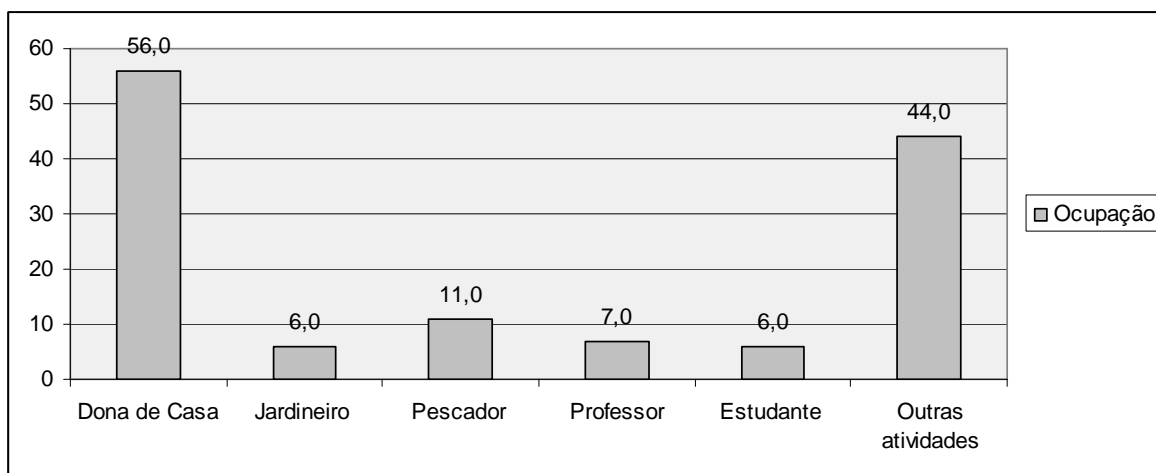


Gráfico 4.4. Ocupação e Quantitativo no Mercado de Trabalho
 Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Deve-se ressaltar que as atividades acima apresentadas, de alguma forma ainda mantêm uma relação com a pesca na Comunidade, *“Quando não tem emprego é a pesca que sustenta. Ultimamente não tenho ido à maré, mas quando fico sem trabalho é pra lá que eu vou, foi ela quem criou meus filhos”* (Moradora, 38 anos).

As mulheres que se denominaram Donas de Casa, em boa medida, também mantêm essa relação com a pesca, na cata e quebra de marisco, além de colher frutas da época para a produção de doces caseiros e polpas. É comum ver grupos de senhoras, de idade avançada, catando caju nas áreas de Matapuã.

o contato com informações sobre eles nunca vistas, tampouco discutidas. A exemplo, as ocupações no mercado de trabalho, que em função da necessidade de se manterem trabalhando mais e mais impediu de observarem quantas modificações ocorreram no seio da comunidade.

E permitiu também a possibilidade de mensurar o serviço executado pela Associação de Bairro local, no aspecto das ligações de água. E ainda mais, pois a pesquisa proporcionou o conhecimento de como se inserir em programas de governo a exemplo da conta de água social, cuja proposta se diz beneficiar consumidores de baixa renda e abriu-se um canal de diálogo na área de EA da Companhia de abastecimento do Estado que se comprometeu em realizar palestras na Comunidade.

O acesso às informações contribuiu também para desmistificar a ameaça sobre aplicação de multas pela Vigilância Sanitária àqueles que permanecem utilizando a água do poço artesiano. Sobre essa questão, a Vigilância posicionou-se, informando que o trabalho destinado à comunidade era educativo e preventivo, a fim de evitar problemas de saúde posteriormente. Poderia sim, vir a interditar os poços, desde que comprovada sua contaminação.

A busca por resultados continua, e à medida que a metodologia proposta é aplicada, resulta em material rico para construção do modo de vida comunitário, a partir do reconhecimento e apropriação do território pelos sujeitos, tema abordado no próximo tópico.

4.2.Reconhecimento e Apropriação do Território pelos Sujeitos

A força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la. No entanto, nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações, de idéias que, de algum modo, são somente

o reflexo das condições materiais de produção (Godilier, 1984 apud Diegues, 2004, p.65).

Em consonância com o autor Diegues (2004, p. 63), o coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza.

Assim, as relações sociais e com a natureza construída na Comunidade Mosqueiro formaram e por que não dizer que ainda formam um modo de vida comunitário singular, evidenciado no significado que o lugar tem para os moradores nascidos ali, presentes nos relatos emocionados de uma vida de muito trabalho, lutas, dificuldades, mas, sobretudo de uma existência coletiva de muitas alegrias, *“no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial”* (DIEGUES, 2004).

Notoriamente identificado durante oficina para a construção da existência dos moradores no local pesquisado, a satisfação e riqueza de detalhes com que os envolvidos na atividade descreviam sua comunidade, especialmente, quando se reconheciam uns nas histórias dos outros e se complementavam falando das dificuldades, das alegrias a descrição da área em que eles habitavam, as construções, as festas, os meios de sobrevivência e convivência, o significado de dependência sociedade/natureza decifrando cada pedacinho do lugar chamado Mosqueiro, ou pelo menos o que significou um dia.

A proposta de se formar três grupos de trabalho distintos durante a 5ª oficina, porém com a mesma finalidade, ou seja, fazer a reconstrução do modo de existir na comunidade, garantiu a veracidade dos relatos e desenhos apresentados pela similaridade quando tratados pela a mesma faixa etária, e quando realizados por faixa de idade diferente. Neste caso, ficou comprovada a percepção da juventude sobre o espaço ocupado e as relações socioambientais mantidas pelo o grupo.

Observou-se que características fundantes da comunidade como os meios de sobrevivência, base da relação do grupo, continuam muito bem definidos, apesar do tempo e da força do capital que modifica diuturnamente a cultura local.

As cartas de memória apresentadas a seguir definem, com propriedade, o círculo das práticas cotidianas durante um tempo vivido pelos participantes da oficina e um contraponto da realidade atual.

Nelas, a comunidade descreve um caminho percorrido, a forma de se apropriar do espaço, e de se reconhecer construtor de sua própria existência e de um modo de vida coletivo alimentado pela cultura da pesca.



Figura 4.1 Carta de Memória da Comunidade Mosqueiro: Reconhecer-se e apropriar-se do espaço²

Fonte: Trabalho de Campo, 2006 (5ª Oficina; 1º Grupo)

O segundo grupo apresenta o modo de vida semelhante ao primeiro - com a família numerosa, a utilização dos animais como meio de transporte, casa de palha, sendo posteriormente substituída pela de alvenaria.

A sobrevivência das famílias é vinda basicamente do cultivo do coco da baía e da pesca artesanal.

² Paul Claval em A Geografia Cultural – Cap. 8 Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço. Carta mental como forma de reconhecer-se.



Figura 4.2 Modo de vida comunitário: Construindo a existência.
Fonte: Trabalho de Campo, 2006 (5ª Oficina; 2º Grupo).

O terceiro grupo, da 5ª oficina, foi representado por duas jovens da comunidade que desenharam e descreveram (ver anexo C – Texto 3º Grupo) a realidade que a comunidade vive nos dias atuais.



Figura 4.3: Comunidade Mosqueiro: um retrato atual do espaço ocupado.

Fonte: Trabalho de Campo (Oficina, 2006 – 3º Grupo) - Ilustração realizada por participantes da oficina.

4.3. Os Sujeitos em Ação: as Cartas da Memória

As cartas da memória foram construídas a partir das histórias contadas pelos participantes (Ver anexo). E nelas foram abordados os principais aspectos que constitui a vivência comunitária, perpassando o aprendizado escolar, a moradia, os meios de sobrevivência, as relações sociais e culturais, o ir e vir do povo do Mosqueiro.

- **A Escola**

Os moradores da comunidade contam como aprenderam a ler, atividade esta que era dividida com o tempo no trabalho a fim de ajudar na sobrevivência da família. Assim, homens, mulheres e crianças se uniam na pesca e na roça, principais atividades de sobrevivência até início da década de 1980.

...“Antigamente a gente estudava simplesmente com muito esforço, nossos pais lutaram muito mais, mesmo assim aprendemos até a 4ª série, por não ter condição de estudar em Aracaju”. O Mosqueiro só tinha mato, e naquela época só tinha uma professora: Leonor. Depois chegou Zefa Lopes, foi uma boa professora”...(Moradora, 2º Grupo, 5ª Oficina).

Essas professoras ensinavam em casa ou em espaços comuns na comunidade, à sombra de árvores. Mas lembram de uma professora chamada Guiomar “*era a única que tinha uma escolinha para os alunos até a 4ª série. As crianças todas podiam estudar sem pagar*”.

De acordo com morador local, a professora D. Guiomar era servidora pública, fato desconhecido entre muitos dos moradores locais.

No tempo de mocinha, Dona Eunice (atualmente 74 anos) “*conta que ajudava o pai na roça, plantando batata, milho, e outros alimentos e depois ia estudar com a professora Leonor*”, o aprendizado significava apenas a junção de poucas sílabas para uma simples leitura, a maioria dos moradores, nessa faixa de idade, são semi-analfabetos.

Atualmente, existem, na Comunidade, três escolas públicas, e uma escolinha particular para a pré-escola. Das escolas públicas, duas são da competência do Poder Municipal, e uma do Estado.

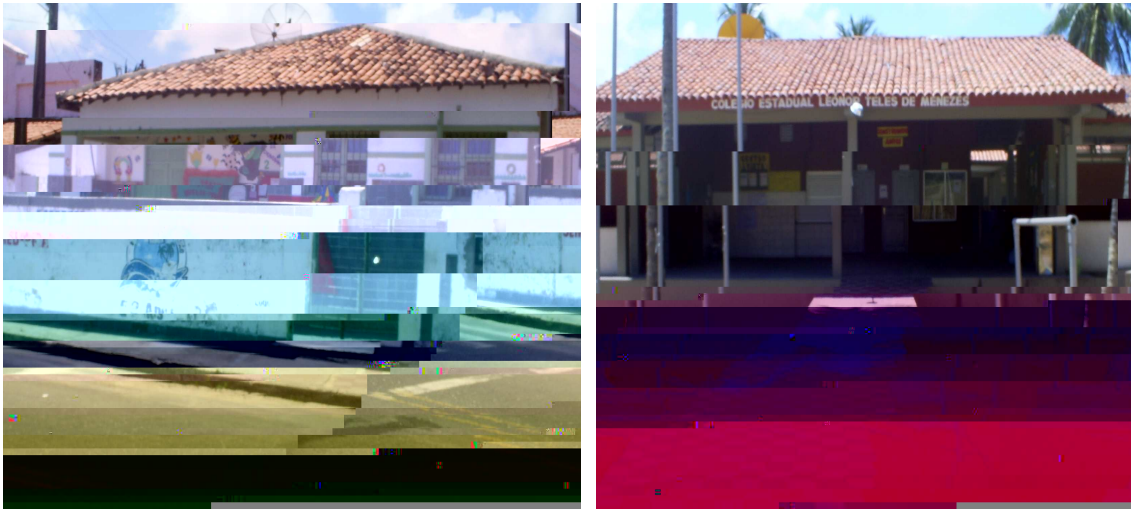
Algumas limitações persistem no mundo educativo dessa comunidade como: o espaço físico insuficiente, professores faltosos e despreparados, um número alto de estagiários desempenhando o papel de mestre. E como há o período regular para o término desses contratos, favorecem a rotatividade crescente desses profissionais que acabam por não conseguir estabelecer um vínculo e a aprendizagem satisfatória com os alunos.

As ações de EA nas escolas do Mosqueiro são pontuais e descontinuadas voltadas para a reciclagem de lixo, e preservação dos recursos naturais de forma isolada. Pouco se discute sobre a relação de dependência da comunidade com o seu ambiente natural, e sobre a valorização da cultura local. Trata-se de gerar novas reciprocidades entre a escola, a comunidade e a realidade socioambiental que as envolve.

Por isso, as escolas da comunidade tem sido alvo de severas críticas por parte dos moradores locais, por não estarem desenvolvendo suas atividades básicas com responsabilidade, reproduzindo nos jovens a falta de estímulo para o aprendizado, e legitimando a falta de compromisso dos gestores públicos com aquela área.

E na contra mão da história, perde-se a oportunidade de desenvolver o senso crítico nesses indivíduos para atuarem de forma transformadora e emancipatória em seu próprio ambiente.

Porque na medida em que a escola, que é parte fundamental da construção dos sujeitos na sociedade, não desenvolve essa tarefa, abre-se uma enorme lacuna na capacidade do conhecimento desses jovens, especialmente, por haver limitações de ordem econômica que impedem a maioria de buscar melhores condições de ensino em outras escolas.



Figuras 4.4 e 4.5: Escola Municipal Elias Montalvão e Escola Estadual Leonor Teles de Menezes

Fonte: Trabalho de Campo, 2006

- **A Moradia**

Assim como as escolas, outro ponto que desperta a atenção é a forma de ocupação do espaço territorial, caracterizado por áreas rurais, o que contribuiu para que a população se firmasse nas terras em forma de sítios, abrindo apenas os acessos de entrada e saída de suas moradias.

De acordo com relatos dos grupos durante as oficinas, as poucas famílias mais abastadas (Queiroz, Maia, Rodrigues, Bispo), antigos donos de grande parte das terras daquela região, possuíam cavalos, carro-de-boi que auxiliavam no deslocamento, “*Eu nasci em cima de um carro de boi, no Duro, em busca da parteira (terras do pai no Mosqueiro, hoje denominada por Matapuã,)*” (Aristeles Bispo, nativo). Mas, para a grande maioria das famílias de pescadores que ali viviam, “*não tinha estrada, os caminhos eram por dentro do mato,(...) sem energia (todos da comunidade), vivia no candeeiro, era uma vida com muita dificuldade*”.

Segundo moradores, “*A rodagem chega no governo do Dr. Leandro Maynard Maciel*”, eleito em 1954, pelo partido político União Democrática Nacional, sendo posteriormente asfaltada e duplicado no Governo do Sr. Albano Franco e denominada Rodovia José Sarney.

A Rodovia encontra-se em perfeito estado de conservação (na área da Comunidade), no entanto, grande parte dos acessos às casas, especialmente dos antigos moradores representa labirintos de difícil acesso, ruas estreitas, sem saídas, casas agrupadas de forma desordenadas.

O que demonstra que não havia uma preocupação desses moradores com uma provável mudança de condição de Povoado para Bairro de Capital na zona sul. Estavam distantes, esquecidos do restante da população de Aracaju, e por que não dizer, dos poderes públicos também.

Atualmente, essa condição de Bairro contrasta na forma de ocupação pelas construções do antes e do agora, e o fantasma da indenização, da transferência de local de moradia que já se faz presente em algumas famílias de nativos que vivem em espécie de vila ou condomínio familiar. Moradias simples, porém localizadas em área324(s)-1.2312(a)3.

“Não havia casa de bloco, era casa de palha, de barro, não tinha ônibus, era a pé, não tinha médico, tinha que ir para Atalaia, seis ou sete da manhã e só chegava lá de noite. O parto era em casa mesmo, com a parteira. Adilha teve nove filhos em casa; Isaltina teve 15” (1º Grupo, 5ª Oficina, 2006).

As casas de barro ainda são encontradas, principalmente na região denominada por Malvinas (concentração da população mais pobre da Comunidade). Em razão do ano eleitoral algumas dessas casas foram derrubadas e construídas em alvenaria pelo Governo do Estado, em datas próximas à eleição, ações pontuais de cunho eleitoreiro, visto que durante o transcurso das gestões Estadual e Municipal, não se identificou ações de melhoria habitacional para os moradores daquela comunidade.

Observou-se também, durante a pesquisa, e de acordo com moradores da área, que pessoas residentes na periferia de Aracaju estão migrando para a comunidade e assentando-se em áreas de terrenos baldios e vivendo sob construções de palhas. Esses moradores têm sido apontados pelos locais como principais causadores da insegurança vivida atualmente na comunidade.

O crescimento populacional da classe média e alta com residências na comunidade, nos condomínios e casas particulares, despertou o interesse dos marginais em visitar a área e quando possível até se instalar, pois dessa forma facilita a rede de relações tanto para os furtos quanto para o tráfico de drogas.



Figuras 4.8 e 4.9: Moradias de palha: novos moradores vindos da periferia de Aracaju.
Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Essas casas de palhas, representadas pelas figuras acima, existiram até abril de 2006, sendo derrubadas pela ação da polícia, “a fim de conter violência entre moradores vizinhos”.

- **Deslocar-se**

No passado, a população se deslocava a pé, em canoas, ou montados em lombos de animais, pelo o mato, pelo o canal Santa Maria ou pela a praia, respeitando o horário da maré.

O sistema de transporte urbano, atualmente, beneficia a comunidade em muitos aspectos: as mulheres vão parir nas maternidades públicas de Aracaju, mas realizam o pré-natal acompanhado pelo o médico da família, no Posto de Saúde local, o qual merece considerações devido o seu espaço físico insuficiente, dentre outros serviços, que não acompanharam o crescimento populacional daquela área.

Alguns pequenos produtores de coco se utilizam do transporte urbano para entrega de seus produtos; estudantes se deslocam até Aracaju em busca de melhor

ensino e moradores, inclusive mulheres, deslocam-se em busca de atividades trabalhistas, e de outros aspectos gerais, como compras e diversão.

Esse deslocamento de algumas mulheres em busca de trabalho em Aracaju, inicia-se com as relações de trabalho com os veranistas que possuem segunda residência na comunidade, e com o trabalho nos bares local. Assim são convidadas a fazerem pequenos serviços nas casas, situadas na Capital, dando início a uma rede de relacionamentos e poder, antes não conhecidos. A idade desse grupo está entre 25 a 40 anos, baixa escolaridade, não concluindo o Ensino Fundamental.

Com a Rodovia e o sistema de transporte urbano, o acesso a outras localidades facilitou, tanto no sentido de entrada para a comunidade como no de saída, justificando, dessa forma, o crescente fluxo de pessoas de outras localidades atraídas pela condição de moradia no local, vislumbrando a crescente expansão urbana e possibilidades de ganhos monetários, durante esse processo de transformação.

Ancorados por essas razões, outros se aproximam para a prática de furtos, vendas de drogas e aliciamentos de menores. É assustador o número de jovens envolvidos com drogas e violência na comunidade (Ver anexo B).

“O que mudou muito no Mosqueiro foi a convivência, antes a maioria era parente e isso fazia daqui um lugar pacífico. Hoje ninguém pode andar tranqüilo pelas ruas. Aqui se dormia de portas abertas. Nos dias de hoje não se vê as pessoas na rua por medo, do que tem acontecido aqui. Sem falar no que tem acontecido com os jovens, que tem se envolvido em drogas, mudando totalmente seu comportamento em casa e na rua” (3º Grupo, 5ª Oficina, 2006).

Ao descrever um modo de vida anterior, os nativos reportam-se à organização social anterior. A família, os parentes, os amigos e conhecidos, enfim, todos que compõem essa relação social são para eles patrimônios e devem ser preservados.

- **A Sobrevivência**

Os moradores mais antigos lembram que para garantir o sustento das famílias *“quase todos viviam pescando e tirando caranguejo, era o meu e sustento da comunidade, além do coco”... (2º Grupo, 5ª Oficina 2006).*



Figura 4.10 Pesca artesanal na Comunidade do Mosqueiro. Notar que se mantém o trabalho em grupo.
Fonte Trabalho de Campo, 2006.

“A pesca era feita todos os dias duas vezes ao dia. Naquela época, para o sustento de todos, eles mesmo plantavam feijão, e produziam a farinha e tudo o que necessitavam e as outras coisas necessárias eram conseguidos através da troca”... (2º Grupo, 5ª Oficina 2006).

“Plantavam suas hortinhas, as comidas eram do tipo de marisco: peixe, camarão, siri, caranguejo, feijão de corda e de coco³, carne era uma raridade; só se comiam farinha e como pirão”(1º Grupo, 5ª Oficina, 2006).

³ De acordo com D. Elenice Fraga Bispo, o feijão de coco é tradição na comunidade. É servido com peixe e outros frutos do mar. Trata-se de feijão mulatinho, cozido e escorrido o caldo e batido com o leite de coco e cozido até adquirir consistência de mingau.

“E galinha só de capoeira, e não havia doenças, a água era “fonte fina” (explica seu Aquibaldo que significava pureza da água), não tinha banheiro ... mas não se via tanto lixo. Hoje, tudo é descartável. Até nós mesmos, porque tudo deixa doente por causa da química” (2º Grupo, 5ª Oficina, 2006).

O sentido da perda, exteriorizado através do uso dos termos em questão, reflete o significado que para eles tinha a organização da vida social anterior. O sentido de perda expressa uma perda coletiva (RODRIGUES, 1999).

A atividade pesqueira vem resistindo por meio de alguns moradores na comunidade, porque para estes, essa atividade ainda representa garantia de sobrevivência, e fortalece a identidade desses moradores. Embora se perceba que essa resistência se dá entre os mais velhos da Comunidade, enquanto os mais jovens buscam outras atividades como forma de garantia de sobrevivência.

Assim, a íntima relação de sobrevivência com natureza reproduzia um ambiente sustentado. O lixo, basicamente orgânico, não agredia a natureza, em contrapartida, toda a comunidade se beneficiava com a abundância do pescado e com um ambiente saudável.

Durante a pesquisa, não foi realizado um levantamento sobre o número de pescadores donos de sua própria embarcação, mas percebe-se que, contrário ao passado, em que todos pescavam juntos, alguns pescadores se capitalizaram e mudaram sua condição econômica e social. Antes, apenas pescador, hoje, são donos de embarcações e principais compradores do pescado produzido no Mosqueiro e principais fornecedores do pescado para os novos moradores (veranistas, moradores dos condomínios, pessoas que se deslocam pela balsa para Itaporanga d’Ajuda ou outras localidades próximas) e aplicam um preço equivalente ao estabelecido nos centros comerciais de Aracaju.

“Nem todos os pescadores têm condição de estocar. Fica muito caro pra nós, então a gente repassa o peixe pra quem pode. Eu mesmo prefiro pegar o

dinheiro de pedaço por que tem tempo que a pescaria tá fraca. É um jeito de garantir o sustento da família” (Morador, 2006)

Observou-se, nesse novo grupo, que se constituiu um forte envolvimento com políticos sergipanos, denotando na comunidade ações assistencialistas (documentação para aposentadorias, levar doente para hospital, assegurar acesso em hospitais para cirurgias...), ou seja, trocas de favores e pressões (cobranças) em períodos de eleição. São ações que não favorecem o coletivo, ao contrário, gera uma relação de força sobre o oprimido dependente que será cobrado posteriormente.

Ou pode ser visto como uma condição cômoda para alguns moradores o fato de ser um protegido por um cabo eleitoral. Representa status e proximidade com o poder. Se discutido o exercício da cidadania pelos moradores, estes retrucam por políticas públicas. Assim, a comunidade demonstra pouca credibilidade nos políticos *“Entra um e sai outro e nada faz pelo o povo do Mosqueiro, a gente vota porque é obrigado É por isso que tem tanta troca de voto aqui. O povo vende mesmo. Eles acha que o voto num serve de nada mesmo”*. (Moradora, 38 anos)

Retomando o leme do barco, a rotina da pescaria permanece na comunidade como antigamente, os pescadores saem para a lida todos os dias em barcos à vela ou a motor, e em grupos (2 a 3 pessoas por embarcação, apenas homens). *“O mar significa poder, que para eles só os homens podem se aproximar”* (Assist. Social, Posto de Saúde, 2006).

O mar é o destino mais certo onde eles utilizam a rede e a “groseira”, espécie de corda com 800 anzóis mantendo um espaçamento de 1,5m para cada anzol e que segundo eles atinge boa profundidade (4 metros), o que proporciona uma boa pescaria.

A segurança da boa pescaria tem como base o saber lidar com o mar e o rio, conhecimento que foi adquirido de pai para filho, pois os pescadores afirmam que existem os períodos para a pesca das espécies, e locais também. Eles já têm consciência do mês que as finanças vão apertar, por isso costumam economizar, ou partem para outras atividades complementares.

No rio, a rotina também permanece, tendo o cuidado de utilizar apenas a groseira, por medida de segurança nos finais de semana e feriados. Pois nesse período é muito comum a presença dos veranistas passeando com lanchas e jet sky. Assim, a groseira permite a pescaria sem haver danos a nenhuma das partes. É instituída uma forma pacífica de convivência, visto que muitos dos veranistas são compradores desses pescadores, mantendo uma relação de lucratividade e, por que não dizer, de cordialidade.

São poucos os pescadores que pescam de linha (molinete) ou anzol, essa prática é mais vista por pessoas de fora da comunidade, geralmente um veranista ou turista que se distrai nos atracadouros ou em suas lanchas no meio do rio, no qual a captura do pescado tem pouca ou nenhuma importância comparada ao momento de descontração vivido. Nesse caso, a pescaria resulta em alguns baiacus, e pequenas vermelhas.

As mulheres pescadoras da comunidade se concentram mais na maré, segundo as moradoras - na porção de terra à beira do rio e manguezais onde são colhidos maçunins (*Anomalocardia brasiliana*), ostras (*Crassostrea*), caranguejos (*Urcides cordatus* Linnaeus), siris (*Callinectes sapidus*), aratus (*Aratus pisonis*) e guaiamun (*Goniopsis cardisoma guanhumi*). Estão sempre em grupos e geralmente levam crianças. A pesca significa alimento para a família, um ganho para compra de mantimentos para o lar, e um momento de confraternização.

“ Muitas vez a gente cozinha lá mesmo na maré, quando vai a família toda na brincadeira” (Catadora de Marisco, 2006)

Parte desse produto é vendido dentro da própria comunidade aos bares local, mas há aqueles que repassam direto para o atravessador vender no Mercado de Aracaju.

Durante a pesquisa, encontrei apenas uma mulher que compra das marisqueiras e vende no Mercado Municipal de Aracaju. Hoje, se diz cansada e sem coragem mais de enfrentar a maré.

“Até uns dois anos atrás eu ia todos os dias para a maré com outras mulheres. Saía muito cedo, entre 04h30min e 5 horas, depois nós quebrava e eu levava

tudo pro Mercado pra vender, agora as pernas não agüenta mais. Aí eu compro de umas quinze mulheres quebradeiras e vendo na minha banca no Mercado de Aracaju, e aqui em casa também porque muita gente sabe que eu tenho o marisco” (pescadora e comerciante, 2006).

A base da alimentação da comunidade atualmente modificou bastante em razão das facilidades com a instalação do comércio, e da feira livre semanal, e dá influencia cultural dos novos segmentos sociais que ali permanecem.

De acordo com a Assistente Social do Posto de Saúde local, há uma preferência pelo consumo da carne vermelha dentre os moradores e o peixe, principal alimento da comunidade, ganha um novo significado de “produto mercantil” que passa a propiciar aquisição de produtos e serviços a fim de acompanhar as transformações da sociedade moderna capitalista.

Observou-se, também, durante a pesquisa, que foram adquiridos novos hábitos para a lida da pesca como o uso do óleo no corpo antes de entrar no manguezal para evitar que o mau cheiro da lama fique na pele. E a presença do celular e do relógio digital, embora o pescador tenha demonstrado, durante o percurso de barco e na caminhada no manguezal total domínio do tempo pelo o sol e principalmente pela vazão da maré.



Figura 4.11 – A Lida diária. Notar que pescador está munido de celular, relógio digital e corrente de ouro no pescoço.

Fonte : Trabalho de Campo, 2006.

- **A Celebração**

Existe, na Comunidade, um calendário de festejos que não está impresso em papéis ou cartazes. Está na mente do povo, marcada pelo cotidiano celebrado há várias gerações.

Tudo é motivo de festa. Se for para arrecadar fundos para construção comunitária, lá está o povo do Mosqueiro realizando leilões, dançando o reisado e o samba de coco. Algumas lideranças como Mestre Dió, D. Helena, D. Cristova, Sr. Gileno, dentre outros lutam para que a tradição das festas não percam a originalidade do passado.

“As festas, a gente ia de tamanco, e hoje se não tiver o tamanco de ouro, não dá pra festa. Dançava a noite inteira, todo mundo unido, e não tinha briga... as

festas eram ótimas... samba de coco, reisado, novenas, dança de sala



Figura 4.12 – Samba de Coco
Fonte: Trabalho de Campo, 2006



Figura: 4.13 Samba de Pareia
Fonte: Trabalho de Campo, 2006

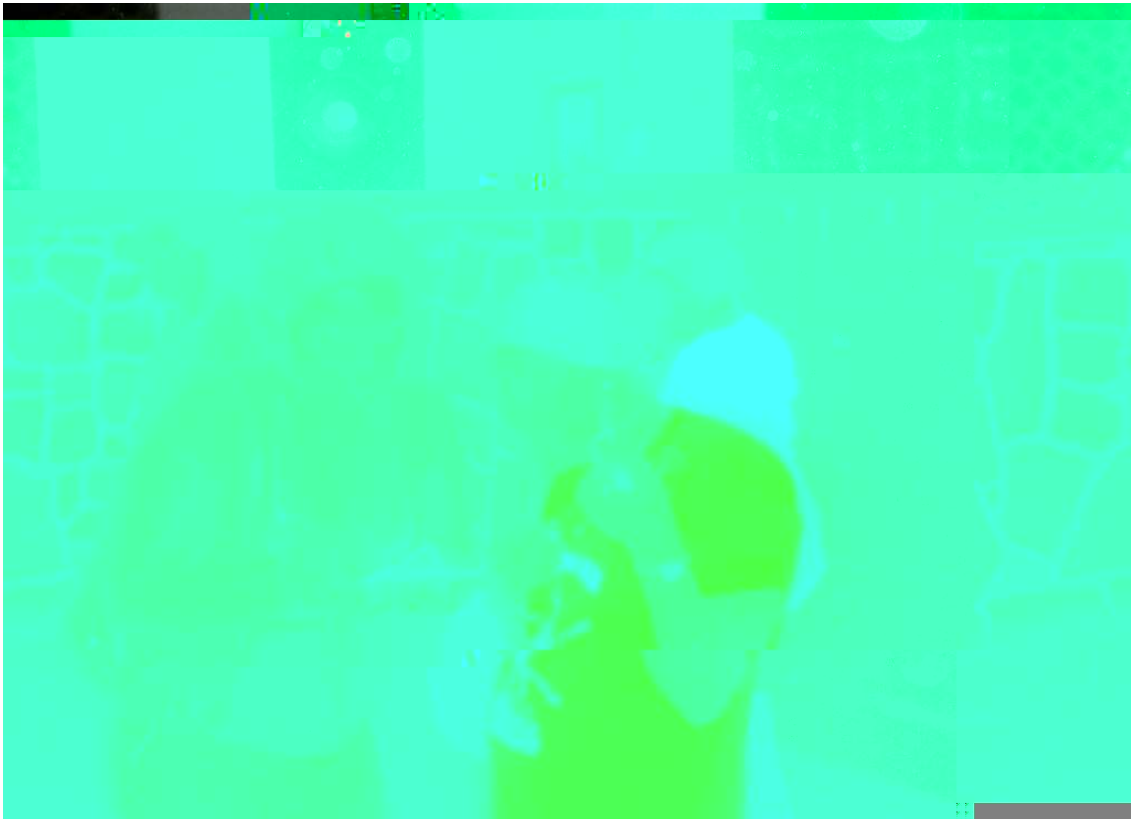


Figura 4.14 – D. Cristova tradição no samba e novenários da Comunidade.

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

De acordo com D. Cristova (61 anos), as festas religiosas continuam na comunidade quase como antes, ela mesma fez promessa à mãe que enquanto fosse viva, rezaria a novena de Senhora Santana, mas lamenta que esse costume se acabe com ela, pois as filhas demonstram resistência em assumir esse ofício.

As novenas e trezenas são razões suficientes para reunir um grupo considerável de fiéis. A Comunidade comemora Bom Jesus dos Navegantes, em 1º de janeiro, com corrida de barcos e procissão de canoas no rio Vaza Barris.

O São Pedro, padroeiro dos pescadores, em 29 de junho. Mistura o religioso e o profano. As procissões e as rezas são tradições e reúnem a comunidade à beira do rio durante o dia, e à noite, o forró adentra a madrugada.



Figura 4.15 – O Leilão é realizado em todas as festas religiosas. Notar que são compostas, em sua maioria, por frutas, peixe, siris, produtos da própria comunidade.
Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

A festa de São Cristóvão, padroeiro da Comunidade, (em razão do antigo pertencimento ao Município de São Cristóvão), em 25 de julho e Senhora Santana, em 26 de julho.

Mas a festa de maior destaque para a comunidade é a de Nossa Senhora da Conceição, também padroeira da Comunidade em 08 de dezembro. São dez dias de celebração e paróquia cheia e dentre as rezadeiras está D. Cristova, figura imprescindível na puxada das rezas.

É interessante destacar que há uma presença significativa dos homens da comunidade nesses momentos de adoração e comemoração. E por onde a procissão vai passando é saudada por fogos e reverenciada com palmas.



Figura 4.16 – Procissão de Nossa Senhora da Conceição – a Padroeira do Mosqueiro
Fonte: Trabalho de Campo, 2006

No Natal, o Reisado se destaca, as apresentações acontecem na área da Igreja Católica e na própria casa de D. Helena. À frente do grupo reisado, D. Helena incentiva as jovens da comunidade a dançar “*Sempre tive vontade de dançar no Reisado, mas meu pai não deixava, só depois que casei e também fruto de uma promessa, realizo meu sonho, agora organizando o grupo, cantando as músicas do Reisado e vendo minhas filhas dançando*”(D. Helena, organizadora do Grupo de Reisado do Mosqueiro). Atualmente, está organizando um reisado infantil e o pastoril.



Figura 4.17 Manifestação cultural – grupo Reisado do Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo 2006.

“Dançar no reisado é importante para a gente preservar a nossa cultura”.(Componente do Reisado)

- **O Resort Ponta do Mosqueiro: Entre a Esperança e a Dúvida de Inclusão**

O Resort Ponta do Mosqueiro é um empreendimento hoteleiro cujo público alvo é o turista internacional, mais precisamente o europeu. A sua construção está prevista dentro da área do Mosqueiro abrangendo um espaço com ligação para o rio e para o mar.

Durante as oficinas, foram travadas algumas discussões em torno da construção desse empreendimento, e quais os possíveis impactos sociais, econômicos e ambientais trariam à Comunidade.

A população estava muito apreensiva com a idéia de se ter um empreendimento tão grandioso, tão próximo dela e expressaram expectativas positivas, mas, ao mesmo tempo as incertezas da inclusão devido à falta de qualificação profissional para ocupar as atividades ofertadas.

As oficinas serviram para a reflexão quanto às possíveis necessidades de tomadas de decisões coletivas que garantissem a proteção dos espaços para a pesca, e dos acessos dos moradores locais pelo mar e pelo rio, área onde o hotel será construído.

Posteriormente, a Associação de Moradores comunica que haverá uma audiência pública na Comunidade para apresentar o EIA RIMA do Resort por meio da Empresa CONSENTRE, ou seja, legitimar o processo através da participação da população local.

Nesse sentido, houve a compreensão que seria um momento oportuno para exercitar a participação dos moradores locais, e observar seus posicionamentos em defesa do seu território e cultura, conforme descrição que segue do encontro acontecido em 13 de setembro de 2006, na Escola Municipal José Carlos Teixeira, situada na Comunidade.

Os dados foram detalhados conforme o acontecido, e constando no Livro Ata um resumo em razão do pequeno espaço que a Empresa deixou, e solicitando primeiro as assinaturas dos presentes.

Durante explanação do RIMA pelo o Consultor da CONSENTRE, empresa contratada para elaboração do EIA RIMA, a pesquisadora questionou sobre o material expositivo das instalações do Resort em data show conforme divulgado em carro de som para a comunidade, destacando que é de relevante importância para que todos possam visualizar a dimensão desse empreendimento e quais os impactos para a população e meio natural do Mosqueiro.



Figura 4.18 - Parte da área destinada a Construção do Resort na Comunidade do Mosqueiro. Notar que a área está localizada próxima a foz do rio Vasa Barris.
Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

O consultor lamentou a ausência do responsável por esse serviço, e se comprometeu, para a próxima reunião realizar a apresentação. Foi destacado, pelo consultor, a importância da obra para a geração de empregos, desde a sua construção ao seu pleno funcionamento, especialmente do Hotel-Escola que trará benefícios aos moradores locais. Falou-se também em horta orgânica comunitária na qual os proprietários colocariam os insumos necessários à disposição da população local a fim de que eles cuidassem, mas não ficou claro quais seriam as condições de negociação desses produtos entre as partes.

Nesse sentido, os moradores questionaram sobre a garantia desse emprego, visto que as pessoas residentes, ou pelo o menos a maioria daquela comunidade não está totalmente preparada para trabalhar nesse ramo de atividade hoteleira. Assim, uma moradora local sugere que seja firmado entre as lideranças locais, representantes da

comunidade e representante legal do Empreendimento, um “Termo de Compromisso” no qual sejam asseguradas à Comunidade Mosqueiro os quesitos a saber:

Contratação de mão-de-obra local (pedreiros, serventes, pintores dentre outros) para a construção do empreendimento; a viabilização de recursos para a capacitação, qualificação e treinamento de pessoas da comunidade a fim de serem absorvidas no empreendimento à medida que entrar em funcionamento; garantir que parte da produtividade pesqueira local e artesanal seja absorvida pelo empreendimento, de modo que essa atividade não seja extinta na comunidade; garantia de creche para os filhos dos trabalhadores locais, garantia de acesso da população à praia e ao rio onde o empreendimento for edificado.

Outra preocupação demonstrada pelos moradores foi em re c140.294363(n)-8pe59(ç)3.74(d)-0.2

atrativo do Resort. Liderança comunitária do Robalo, presente na reunião, demonstrou preocupações quanto ao empreendimento, destacando que necessitava de mais informações sobre a liberação da área para a construção. O consultor presente afirma que o EIA e o RIMA estão a disposição para toda a população, que serão marcados mais encontros para discutir todas as etapas do empreendimento.

Outra preocupação da comunidade foi em relação aos dejetos produzidos no Resort. Sobre a forma como seriam tratados. O consultor explica que a tecnologia que será utilizada para o tratamento dos esgotos é de primeiro mundo e que não será jogado no mar nem no rio nenhum material poluidor, visto que é um empreendimento para o turista internacional, que é muito exigente com as questões voltadas ao meio ambiente.

Foi questionado por moradora o fato de se ter elaborado um EIA RIMA sem que a população participasse, através de oficinas, a fim de que esses profissionais tivessem a compreensão do cotidiano local, o que permitiria perceber quais impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais um empreendimento desse porte traria à comunidade do Mosqueiro.

O consultor afirma que a Sra. “Irani” esteve na comunidade questionando moradores, mas as pessoas que estavam presentes afirmaram não ter havido nenhum contato com essa pessoa. Demonstrando que, se houve contato, foi numa ação isolada.

Outro ponto questionado foi a ausência de um representante da ADEMA durante a reunião, no qual o consultor justifica que este fôra convidado, mas que, infelizmente, não compareceu. A comunidade entende que esse momento é muito importante, pois um empreendimento dessa grandiosidade, que se destina ao público estrangeiro, modificará significativamente a rotina da população local.

Assim, através das lideranças presentes é solicitado que haja um comprometimento, por parte dos empreendedores que, por meio de reuniões, sejam esgotadas todas as dúvidas, e que, principalmente, a cultura local, e melhores condições de vida para a população sejam respeitadas e postas em práticas.

Foi acordado que, para a próxima explanação, buscar-se-ia envolver o maior número de moradores e ver mais interessados em viabilizar esclarecimentos. O consultor orienta para que as lideranças locais façam um cadastramento dos pedreiros, serventes e de jovens que se interessem em trabalhar no empreendimento.

No entanto, as lideranças acharam por bem, primeiro estabelecer critérios com o representante legal do empreendimento através de um Termo de Compromisso para que essas atitudes não gerassem falsas expectativas na população, ou seja o preenchimento de dados para emprego, e a não concretização destes. Desse modo, encerra-se a 1ª reunião de apresentação do EIA RIMA, do RESORT, no Mosqueiro, situado em parte da Zona de Expansão de Aracaju (SE). (Ver anexo C).

Atualmente, o passado e o presente se entrelaçam. No seio da comunidade, as facilidades da vida moderna deixam para trás as dificuldades impostas pelas limitações de construções físicas como estradas, escolas, posto de saúde. No entanto, observa-se que estas são substituídas pela crescente condição de desigualdades sociais e a falta de políticas públicas para que essas estruturas funcionem a contento da comunidade.

4.4 Sujeitos e Natureza: a Realidade Local

A aplicação dos questionários ocorreu em julho/2006 em 120 residências, nas sete micro-áreas da Comunidade do Mosqueiro. Embora houvesse, entre os participantes das oficinas, representantes destas, a aplicação de um segundo questionário resultou em informações mais próximas da realidade local, ao abordar as formas de relacionamento dos moradores com seus recursos naturais e a percepção desses quanto às políticas públicas em torno do seu ambiente.

Nesse sentido, seguem abaixo os dados colhidos que proporcionaram à pesquisa a oportunidade de saber mais e vivenciar de perto a realidade local, conforme gráficos que seguem:

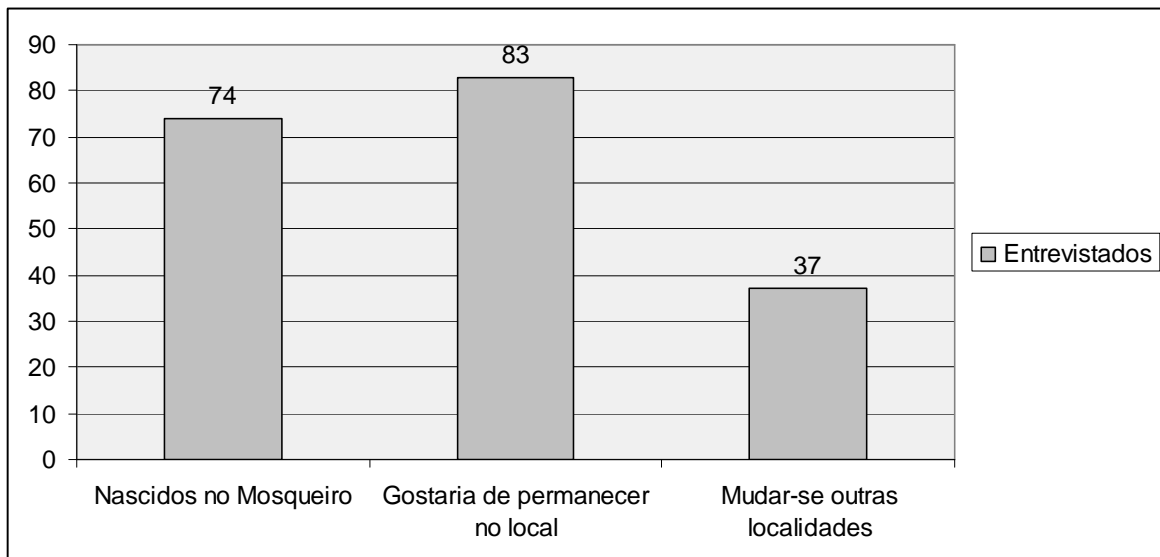


Gráfico 4.5: Perfil dos entrevistados

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Dos entrevistados, o sexo feminino representa 56,6% dos entrevistados, enquanto que o masculino totaliza 43,33 %.

Ao responderem que nasceram no Mosqueiro e não gostariam de mudar-se para outras localidades (69,16%), os entrevistados afirmam seu pertencimento, e um modo diferente de perceber o seu espaço territorial, pois o Mosqueiro é parte territorial de Aracaju, no entanto, ainda é percebido pelos seus moradores como um Povoado.

Legalmente, nascer no Mosqueiro significa nascer em Aracaju, mas o modo de vida comunitário e a distancia que separa a Comunidade da cidade, como assim se referem à Aracaju, contraria essa verdade. Entre os entrevistados não nascidos no Mosqueiro alguns apontaram sua naturalidade em Aracaju, confirmando assim a percepção de dois espaços distintos.

Quanto as formas de exercer a pesca na Comunidade, apontam que 38,33% dos entrevistados exercem a pesca por sobrevivência, o lazer significa a brincadeira na maré entre família e amigos correspondente a 16,6%.

O percentual que apontou o “não exerce a pesca”, 41,6% corresponde às pessoas que atualmente não pescam mais, em virtude da idade avançada ou de ter abraçado outras atividades, como também aqueles que não possuem relação alguma com a atividade pesqueira. E os demais (3,33%) não responderam a questão.

O significado dos recursos naturais apresentados no Gráfico 4.6, enquanto sobrevivência/lazer (85%) aponta a realidade mostrada, durante todo o decorrer da pesquisa, um significado muito bem definido pelos moradores locais da Comunidade, independente da relação de dependência atual com as áreas naturais.

Existe uma história que envolve as gerações anteriores, que marca e une a geração presente que é toda uma rede de relações cuja base é o ambiente natural.

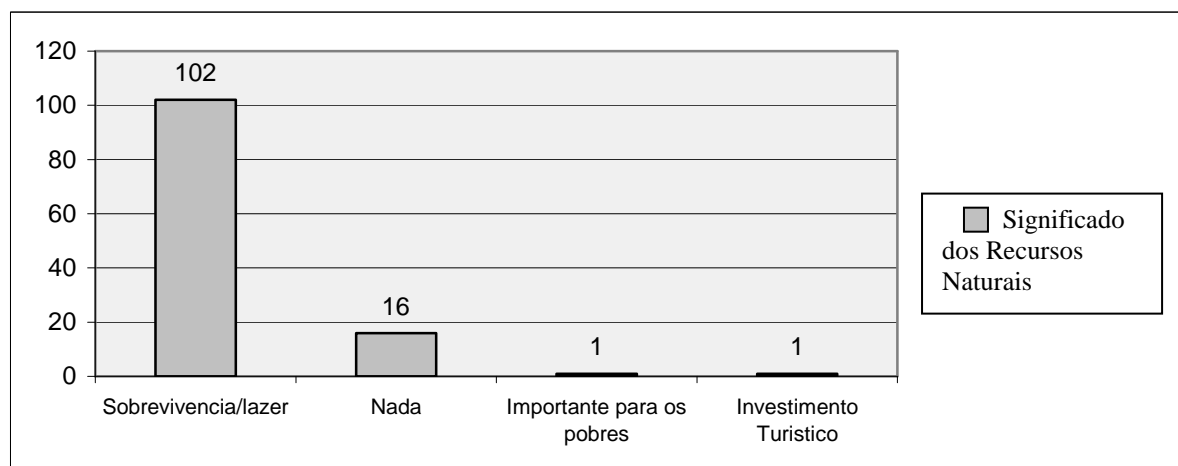


Gráfico 4.6: Significado dos recursos naturais na Comunidade Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Assim, a concepção de natureza expressa na Comunidade do Mosqueiro através de seus moradores locais, pode ser classificada dentro dos seguintes aspectos:

Total dependência da natureza para a sobrevivência dos moradores, detectados através de relatos dos antigos e atuais moradores, sobretudo, pescadores. Para estes, a natureza está associada à gratidão, ao respeito, à mãe que alimenta e promove o sustento de toda família. Mesmo diante de algumas dificuldades enfrentadas pelo o grupo, como falta de barco, equipamentos e concorrência vindos de outras áreas;

Garantia de alimento para pessoas com pouca ou nenhuma qualificação profissional vindas de outras localidades em busca de melhores condições de vida. Estas, por sua vez, se instalam na comunidade e buscam, na maré, com a cata de mariscos, a sobrevivência da família;

Qualidade de vida, uma concepção proveniente de boa parte dos veranistas e moradores dos condomínios, pois viver próximo à natureza, poder contemplá-la e/ou apropriar-se dela para o lazer e uma boa refeição, estando em um lugar naturalmente conservado, apesar de sua proximidade com o centro urbano de Aracaju, de certo modo lhes diferenciam dos moradores da capital, ao passo que lhes confere status.

Existe, na Comunidade, uma nova figura, “o caseiro” que se estabelece no lugar, a partir da chegada dos veranistas e moradores dos condomínios. Para estes, a natureza possui pouco ou nenhum significado.

Este conceito é resultado das relações estabelecidas entre ambos – distanciamento, não-dependência uma vez que eles estão no lugar pelo trabalho contratado. Assim, a cultura local tem pouco ou nenhuma influência nesse grupo, porque o tempo de permanência no local e/ou rotatividade dessas pessoas não permite o estreitamento dessa relação, respeitando as exceções.

Esse ambiente natural conseguiu despertar a atenção de grandes investidores no ramo turístico nacional, entretanto, o mesmo ocorreu somente a um dos moradores entrevistados.

O gráfico 4.7, a seguir, que trata da questão do acesso à Educação Ambiental na Comunidade, causou muita surpresa, ao ser constatado que 74,16% das pessoas entrevistadas tiveram acesso a EA na Comunidade, visto que ao procurar os órgãos competentes como ADEMA, IBAMA, o Núcleo de EA da Companhia de Saneamento, e o departamento de Meio Ambiente da Prefeitura vinculado à Secretaria de Planejamento, foi adquirida a informação de que não há um programa de EA que contemple essa área dentro de suas especificidades.

Desse modo, os entrevistados apontam como principais interlocutores da EA, na Comunidade do Mosqueiro, a Petrobrás, os meios de comunicação, o pessoal do Ibama que fiscaliza as áreas pesqueiras da Comunidade (períodos de defeso), as escolas com ações pontuais até o ano de 2004, bem como uma ação promovida pelos agentes de saúde do Posto local, na área denominada Selva, relacionada ao lixo.

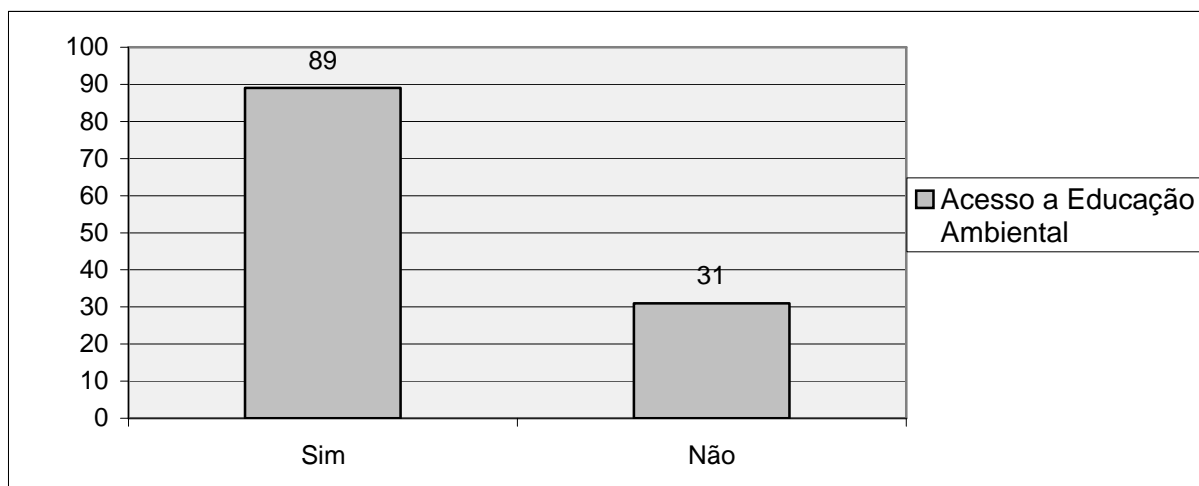


Gráfico 4.7: Acesso à Educação Ambiental na Comunidade do Mosqueiro
 Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

4.5. Avaliação dos Serviços Públicos na Comunidade Mosqueiro (Aracaju-SE)

O Quadro 4.1, abaixo, representa os resultados coletados a partir da aplicação do segundo questionário (ver anexo B – Questionário 02) referentes à prestação dos serviços públicos na Comunidade Mosqueiro, com breves discussões sobre a conceituação de cada serviço representado.

Serviços	Transporte	Vias de Acesso/Estradas	Escola Pública Municipal	Escola Pública Estadual	Posto de Saúde	Área de Lazer	Feira Livre
Ótimo							
Bom							
Regular							
Ruim							
Inexiste							

Quadro 4.1: Avaliação dos Serviços Públicos na Comunidade Mosqueiro
 Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Ao transporte, foi apontado um número insuficiente de ônibus para atender a população, bem como apontaram para a necessidade de se mudarem os veículos, visto que os ônibus que circulam na comunidade são velhos e resultam em má qualidade de uso para a população.

Já as vias de acesso e estradas da comunidade representam labirintos. Existem áreas que não passam automóvel e outras que possibilitam apenas o tráfego de um por vez. Há a péssima conservação da piçarra, em quase todas as áreas da Comunidade, a exemplo da via principal onde os ônibus trafegam, durante o verão e ficam impossibilitados de passar em razão dos buracos que se formam.

E durante o inverno o mesmo acontece só que a agravante é a lama. Nos dois casos, a população é a principal prejudicada visto que necessita do transporte para o seu deslocamento e assim fica obrigada a caminhar grandes distâncias.

Na seara escolar (Municipal), estas foram consideradas regulares em virtude do espaço físico insuficiente e dá baixa disponibilidade de atender a demanda local. E como a comunidade fica a certa distância de outras escolas, muitas crianças acabam por não freqüentar as salas de aula.

Outro tópico apontado pela comunidade foi quanto à negligência da escola para com as crianças, uma vez que deixam as mesmas saírem sem seus devidos acompanhantes, especialmente por se tratar de Rodovia onde os carros trafegam em alta velocidade.

A Escola Pública Estadual segundo moradores locais durante as oficinas detém problemas mais graves, pois há falta de professores para determinadas disciplinas, além da falta diária de outros, inclusive da Diretoria, que não vivencia os problemas da escola, tampouco os que derivam da comunidade.

O papel da Escola, nesta área, tem uma importância muito grande, pois é através dela que as crianças e jovens têm a oportunidade de uma orientação qualificada. Portanto, faz-se necessário, também, que a escola interaja no ambiente onde se situa, discutindo com eles os problemas que lhes afligem, como a violência doméstica, o alcoolismo, muito freqüente entre pescadores, as drogas e a prostituição infanto-juvenil, que silenciosamente avança no Mosqueiro.

Embora tenha se verificado um grande esforço para a melhoria da saúde local, o Posto de Saúde obteve, dos entrevistados, conceito regular e aponta para os problemas que faz parte do cotidiano da saúde pública de todo o Brasil – espaço físico insuficiente, falta de medicamentos, médico e pessoal de apoio insuficiente para atender a demanda com responsabilidade, clientelismo.

Segundo moradores, o Posto do Mosqueiro contava apenas com um médico da família para o atendimento de toda a população, até início do ano 2006, e há muito tempo, a comunidade reivindicava uma pediatra, que por volta do mês de abril do ano de 2006, foi enviada, resultado da mobilização social iniciada com um abaixo-assinado, organizada durante as oficinas de EA e comunicada ao Conselho de Saúde local.



Figura 4.19 – Unidade de Saúde da Família Niceu Dantas (Posto de Saúde do Mosqueiro)
Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Assim, como os serviços básicos, o lazer é condição necessária à boa saúde da população. Nesse quesito, a Comunidade não possui nenhuma estrutura física de lazer pública, não há praças, parques, quadras ou campos de futebol. Não há áreas cobertas destinadas a praticas artísticas e recreativas.

O lazer está nas áreas naturais, e nos campos de futebol, em terrenos invadidos ou na areia da praia que restringe seus horários de usos devido à falta de iluminação. Durante a avaliação, a resposta foi unânime “isso aqui não existe”.

Embora alguns moradores tenham referenciado certa vitória para a comunidade com a chegada da feira livre, a grande maioria considera que ela esteja num local inadequado, sem a mínima condição de higiene, especialmente, no trato das carnes, pois não existe refrigeração e o toco de madeira onde os vendedores, desse produto, cortam as carnes fica exposto a toda sorte de contaminações.

Sendo proposto durante as oficinas a cobrança junto aos órgãos competentes uma maior fiscalização, bem como, a solicitação de instalação de banheiros químicos no dia em que a feira é realizada.

Outro ponto, destacado pelos entrevistados relaciona-se ao preço dos produtos comercializados na feira do Mosqueiro. Eles se queixam de que a presença dos novos moradores de poder aquisitivo maior do que o deles contribuiu para inflacionar a feira local.

Assim, consideram a feira para os ricos e afirmam que não dispõem de condições financeiras para comprar lá tudo de que necessitam. Além do mais, são poucos os moradores locais que comercializam na feira livre.

Serviços						
Conceito	Iluminação Pública	Telefone Público	Abastecimento de água	Tratamento de esgoto	Cemitério	Segurança
Ótimo						
Bom						
Regular						
Ruim						
Inexiste						

Quadro 4.2 - Avaliação dos Serviços Públicos na Comunidade Mosqueiro
 Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

A iluminação das vias públicas, os orelhões e o abastecimento de água foram considerados de boa qualidade, com algumas exceções, por exemplo: na área das Malvinas, segundo os moradores, não há telefone público e há áreas sem a energia elétrica ou faltando lâmpadas nos postes.

O tratamento de esgoto é inexistente e não foge à regra de toda a cidade de Aracaju que possui rede de esgoto em apenas 36% de sua área e, desse percentual, não se sabe ao certo o quanto é tratado. Na comunidade, as casas possuem fossas sépticas, com raras exceções e/ou clandestinamente esgotam no rio. Durante a pesquisa, essa possível situação foi negada pelos moradores.

O cemitério é um assunto polêmico na comunidade, pois não há espaço físico público para esse fim. E os que estão lá foram considerados clandestinos (ver anexo B) e inadequados para o uso, além de ser um potencial poluidor das águas de poços da Comunidade.

A população não aceita as determinações do Ministério Público para a interdição dos cemitérios construídos em terrenos particulares, que por toda a vida foram os locais para o sepultamento de seus entes queridos. Este serviço foi considerado, dentre todos os apresentados, o maior problema que a comunidade enfrenta atualmente.

E quanto à segurança cabe a mesma análise que já se havia discutido anteriormente pela população local. Ou seja, a comunidade está vivendo um momento de muita intranquilidade e não há policiamento suficiente para coibir as ações dos marginais.

Há um micro-posto da polícia militar na Comunidade, sem a mínima condição de trabalho e uma viatura que, mais freqüentemente, é vista parada em locais particulares do que fazendo a ronda pela comunidade conforme denúncia de moradora local.



Figura 4.20 – Posto Policial da Comunidade do Mosqueiro. Notar estrutura fechada sem a presença de policiais de segurança. Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Nesse contexto, os resultados obtidos mediante objetivos propostos pela pesquisa refletem as transformações ocorridas na Comunidade Mosqueiro, acelerada pelo o processo de expansão imobiliária no local. E destacam a importância da mobilização social apoiada pela participação do coletivo em traçar caminhos juntos às autoridades competentes que atendam as necessidades locais.

5. A COMUNIDADE PESQUEIRA DO MOSQUEIRO: TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Os processos de mudanças e, porque não dizer, de desterritorialização em comunidades pesqueiras cujo modo de vida comunitário passa a ser estabelecido em novas condições econômicas, sociais, políticas e culturais merece uma atenção especial, tendo em vista que esse processo transformador implica na perda de importantes referenciais que regem a vida dessas pessoas.

As novas construções residenciais, políticas desenvolvimentistas, a dinâmica do turismo, que a todo tempo cria e recria espaços para o seu desenvolvimento, provocam nessas comunidades inquietações que refletem na forma de suas relações sociais. Estas, intimamente ligadas ao ambiente natural, mas, sobretudo, em grande medida, construída a partir de juízos de valores e crenças que dão significados e direção ao seu modo de vida comunitário.

A Comunidade pesqueira do Mosqueiro possui uma trajetória de existência cuja base de sua sustentação é o território. Nele se constitui a sua cultura, a sua capacidade produtiva. Conforme aponta Diegues (2004, p. 65), essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é os que compõem a estrutura de uma sociedade (relação de parentesco, etc).

De acordo com Godelier (1984), “Longe de ser uma instância separada das relações sociais, de ser sua aparência, seu reflexo deformado/deformador, as representações fazem parte das relações sociais desde que essas começam a se formar e são uma das condições de sua formação”.

E conforme esse mesmo autor, essas representações são classificadas em dois tipos, segundo sua função no processo de trabalho:

a) as representações e os princípios que, como interpretações do real, têm por efeito a organização das formas tomadas pelas diversas atividades materiais (processos de trabalho) e as fases de seu desenvolvimento. São, por exemplo, as taxonomias das plantas, dos animais, dos solos, dos fenômenos climáticos, das regras de fabricação e uso de utensílios, os esquemas de ações materiais e de comportamentos simbólicos;

b) as representações que explicam por que certas tarefas são reservadas aos homens, às mulheres, aos jovens, ou seja, que legitimam o lugar e a posição dos indivíduos em face das realidades que são permitidas, impostas e proibidas.

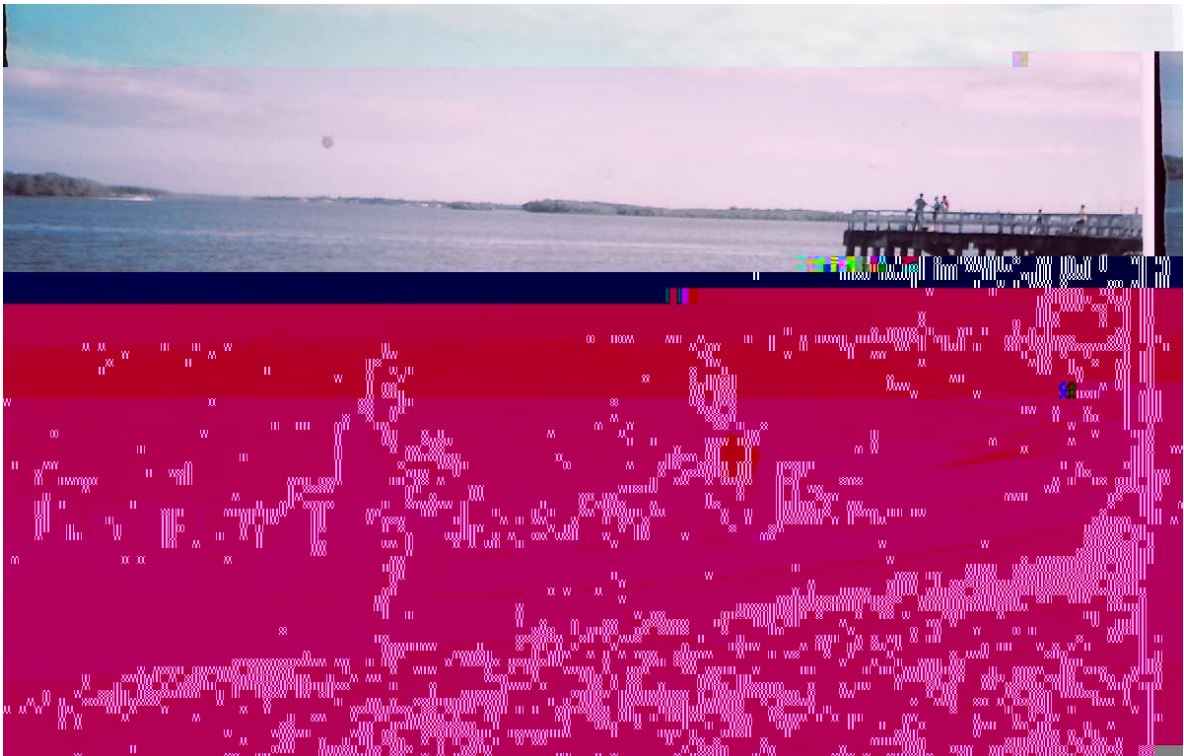


Figura 5.1: Atividade Pesqueira na Comunidade Mosqueiro; lida diária que legitima o lugar e a posição dos indivíduos.

Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Assim, para esse autor, o processo de trabalho comporta, portanto, elementos simbólicos, mediante os quais, os homens não somente agem sobre a natureza visível, mas sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma boa caça. Nesse sentido, a parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre a natureza.



Figura 5.2: Procissão de São Pedro, padroeiro dos pescadores – Respeito e manutenção da tradição local, o simbólico que representa garantia da proteção e fartura aos pescadores.
Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Conforme aponta Diegues (2004, p. 65), essas representações não existem apenas no pensamento, mas também são expressas numa linguagem, a qual representa uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão.



Figura 5.3. Corrida de Barcos na Comunidade Mosqueiro: Traço de Resistência da Cultura Local.

Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Ainda conforme o autor, há mitos, valores e normas e interdições comunitárias que regulam o acesso aos recursos naturais, impedindo a sua degradação. Essas normas existem tanto em ecossistemas terrestres (período de interdição da caça) e costeiros (limitação de períodos, acesso aos recursos controlados pelo segredo).

O caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, adentrando-se nela para retirar os recursos de que precisam. Ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas com o auxílio das suas técnicas de pesca, mas muitos têm verdadeiro pavor do mar aberto, do “mar de fora”, da “passagem da barra”,

dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controla (Mourão, 1971 apud Diegues, 2004, p. 85).

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações construído pela Comunidade, pois é com base nele e no conhecimento empírico acumulado, que desenvolve seus sistemas tradicionais de manejo.

São saberes passados dos pais para os filhos, incluindo o lidar com as velas dos barcos, com o tecer de uma rede resistente que garanta uma boa pescaria, fartura de peixes vindos do mar e trazidos pela a mão do homem⁵ e abençoados pela proteção Divina, numa linguagem própria e comum a todos que sobrevivem nesse e desse ambiente.

A comunidade obtém, também, o conhecimento sobre as marés, e determinados lugares no rio e no mar onde podem ser encontrados os cardumes, conforme morador local:

“Na passagem de uma maré para outra a gente tem de 45 minutos a 1 hora pra deixar a groseira em certos locais. É pesca garantida” (pescador, 45 anos).

Esta trajetória de conhecimentos demarca uma identidade própria que é alimentada pela cultura pesqueira e busca através dessa cultura continuar a existir, embora as condições atuais indiquem as fragilidades dessa atividade no Mosqueiro.

Desse modo, a trajetória percorrida na Comunidade, durante o estudo, identificou o período em que essa população viveu momentos de total dependência dos recursos naturais em prol da sua sobrevivência, apesar das reais dificuldades que lhes

⁵ **Porque só ao homem cabe a coragem de desafiar e conquistar a pesca no mar.**

eram impostas no dia-a-dia em vários aspectos: transporte, estrutura de saúde, escolas, dentre outros.

Observado no dia-a-dia daquela população que pouco a pouco abriu concessões para compreender o novo, e, principalmente, porque através dessas concessões almejava garantir que os saberes de seus antepassados não se findassem, mas que resistissem nos meios de sobrevivência, nas rezas, nas danças, na alimentação, nos valores morais, ou seja, num conjunto de atributos, e de referências que os tornam pessoas, que se reconhecem, e que têm identidade.

Conforme aponta Diegues (2004, p. 88), um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular.

Esse critério remete à questão fundamental da identidade. Esse auto-reconhecimento é freqüentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por estas, a exemplo da natureza intocada.

Nesse sentido, observou-se que, com o passar dos anos, o crescimento populacional e as novas relações sociais, culturais e econômicas estabelecidas no lugar, conduziram ao processo de mudança que apontou uma postura silenciosa e/ou resignada da população. Esta, por sua vez, sinalizava para a esperança de que aquelas dificuldades do passado viessem a ser sanadas com a presença de novos moradores ou com a intervenção do Estado diante do novo significado que a Comunidade passaria a ter, levando-se em consideração que pessoas ilustres, de grande poder aquisitivo, estavam entre os moradores locais - pescadores, plantadores de cocos, pequenos comerciantes.

Não se pode esquecer de destacar que entre estes moradores locais existiam, há 40 anos, famílias abastadas, proprietárias de boa parte das terras do Mosqueiro (os Maias, Bispos, Terêncio, dentre outras). À medida que seus patriarcas iam morrendo, as terras eram transformadas em lotes, fator que contribuiu consideravelmente para o processo de novas ocupações territoriais.

Assim, alguns moradores da comunidade vislumbraram naquelas mudanças, ou seja, na transformação de Povoado pacato em área inserida na zona de expansão urbana da Capital sergipana, uma forma de inserção da comunidade num contexto maior, com possibilidades de benefícios por meio de políticas públicas que lhes proporcionassem maiores facilidades no dia-a-dia comunitário, tal qual confirma morador local:

“Custou caro, pois já não há mais sossego no lugar, o Mosqueiro se tornou uma porta aberta para a marginalidade, e o que é pior é que sem o controle das autoridades públicas” (Ex-Pescador, 80 anos).

Essas mudanças ocorreram, pois, de certo modo, de forma desordenada para os locais, fragilizando os referenciais que os identificavam como iguais.

Conforme salienta Candido (1964, apud Diegues, 2004, p 95), os processos de mudança social por que passam essas sociedades tradicionais foram analisados por diversos autores. Um dos principais fatores de mudança é a dificuldade crescente para a mobilidade espacial dos caipiras que antes utilizavam as terras devolutas (gradativamente apropriadas por novos proprietários legais), a maior dependência do mercado urbano, o crescimento demográfico e o aumento do trabalho agrícola assalariado que reduz a margem de tempo disponível para atividades de coleta, caça, pesca e exploração.

Para Queiroz (1973), o primeiro sintoma da mudança surge na esfera do consumo, pois o camponês passa a consumir mais frequentemente os produtos das cidades. Essas sociedades resistiram mais nas áreas periféricas, mais distantes das cidades. Entretanto, progressivamente são atraídos pela sociedade global moderna, como estrato de situação social inferior.

Nesse sentido, quando comparada com o modo de vida anterior, sua situação de integrado é considerada pior como integrante da sociedade moderna (Diegues, 2004, p. 95). E é nesse contexto do estranhamento, proveniente da condição social gerada por

esse processo de transição, que os traços de resistências se situam e se reforçam nas representações sociais da comunidade, no compromisso, entre os locais, de manter vivos os seus hábitos e, conseqüentemente, o meio natural onde estão situados.

Porque, afastando-se do seu lugar de origem, ou mesmo a se ver transformado/transformador de um novo lugar, implica-se na “impossibilidade de continuar existindo como um grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado” (Diegues, 2004).

Para tanto, a consciência existe de que a continuidade da diversidade de culturas humanas é o elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, no final das contas, sustentáveis. Mais importante, ainda, existe a consciência crescente de que a diversidade cultural e que a diversidade ecológica deve caminhar *pari passu* com a diversidade cultural e que uma depende da outra (Diegues, 1988; McNeely, 1992, apud Diegues, 2004, p. 96).

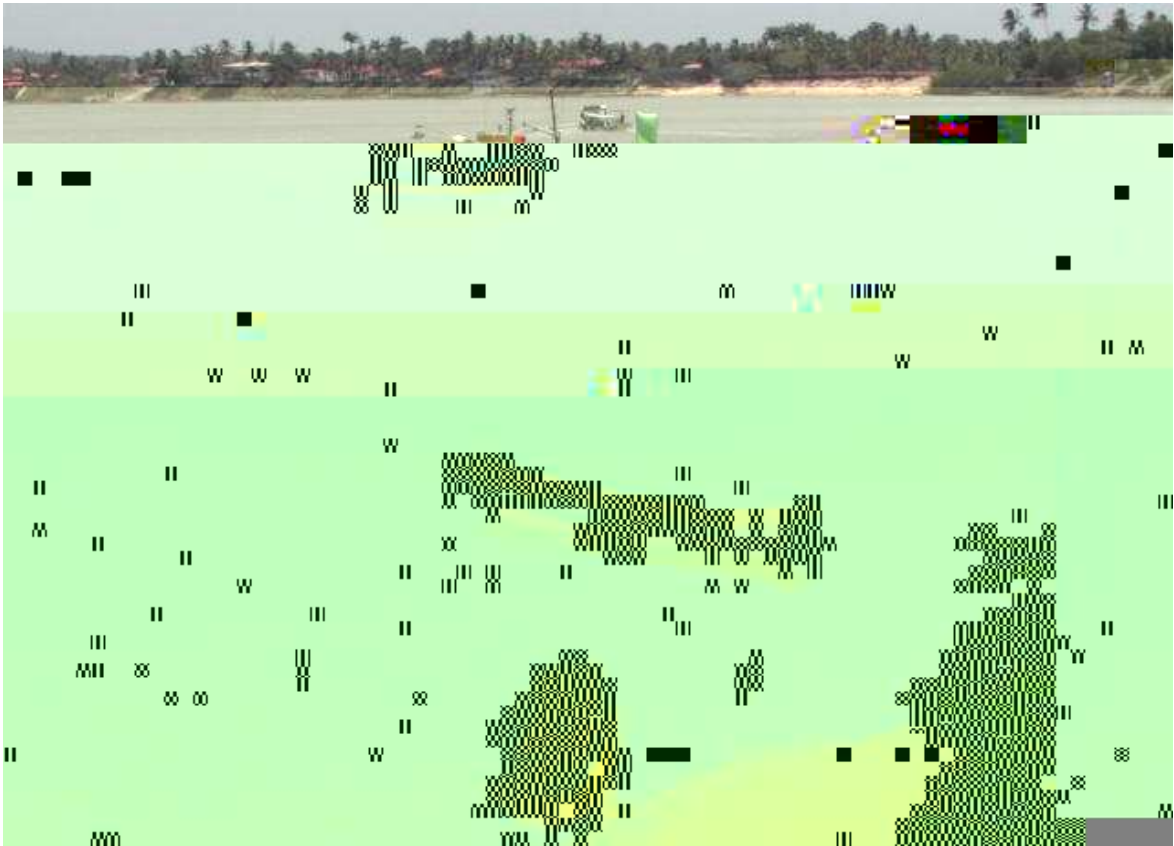


Figura 5.4: Rio Vaza Barris: Cenário da trajetória, da identidade e traços de resistência da Comunidade pesqueira do Mosqueiro. Notar casas de veranistas as margens do rio, principais agentes transformadores da cultura local.
Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

É evidente que isso constitui um enorme desafio num mundo cada vez mais globalizado e homogêneo. Essa homogeneização, muitas vezes forçada, contudo, não se faz sem resistências, como demonstram os moradores locais da Comunidade do Mosqueiro que teimam em caminhar com suas embarcações em busca de uma passagem no rio, e que persistem nas manifestações culturais.



Figura 5.5: Uma Trajetória, Uma Comunidade chamada Mosqueiro.
Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Portanto, diante dessa caminhada, a EA se configura, nessa pesquisa, como um processo contínuo capaz de mobilizar pessoas, e que não se finda nessa parte do trecho percorrido, mas busca atuar, como uma semente plantada na Comunidade do Mosqueiro, a fim de que a resistência seja um exercício diário dos sujeitos locais, defendendo seu modo de vida comunitário, sua cultura, seu território e estimulando à construção de possíveis planos de manejos para pesca local.

6. MOMENTO DE CONCLUIR

A pesquisa esteve na Comunidade do Mosqueiro com a finalidade de realizar um trabalho de educação ambiental com propostas de mobilização e transformação social estimuladas pela participação e discussão do coletivo mediante o processo de desterritorialização que avança no lugar e gradativamente desorganiza o tecido social.

É importante ressaltar que para trilhar esse caminho e desvendar os objetivos propostos chegou-se a conclusões inesperadas, mas também, a obviedades. Reflexos de uma sociedade desigual alimentada pelo sistema econômico que conspira para esse cenário mundial, e em particular na Comunidade Pesqueira do Mosqueiro conforme se apresenta abaixo. Assim, conclui-se que:

As transformações no ambiente refletem as relações desiguais que as sociedades estabeleceram e mantiveram ao longo dos tempos, desassociadas da natureza, bem como, reforçando posturas de separação entre as classes sociais, resultando em diversas concepções de natureza e formas de usos.

O modelo de economia da sociedade atual conspira de modo implacável para que comunidades com traços tradicionais sejam cada vez menos preservadas, puras, intocadas, sem interferências de outras culturas, visto que os espaços territoriais e recursos naturais são o centro das disputas das sociedades capitalistas.

Existem, na Comunidade Mosqueiro, características que implicam num modo de vida comunitário, próprio de áreas onde habitam comunidades pesqueiras. No entanto, a proximidade de um centro urbano e o fato de estar inserida na área de expansão urbana dessa Capital, especialmente para ocupação por pessoas ou grupos com alto poder aquisitivo, implicou na desorganização desse modo de viver, criando um outro lugar que convive saberes diversos, funde passado e presente que, às vezes, se chocam e se confundem. É o passado querendo compreender o presente, e que não se permite ser esquecido no futuro.

O processo de desterritorialização na Comunidade do Mosqueiro se dá à medida que ocorre a ruptura das relações culturais intimamente ligadas ao espaço territorial ocupado. Tais relações passam a reproduzir um novo significado ao lugar mediante a presença de atores sociais que estabelecem dinâmica de ocupação do ambiente natural e provável dependência, diferentes do existente anteriormente.

As ações e estratégias de Educação Ambiental desenvolvidas, durante a pesquisa, contribuíram para estimular a inserção do coletivo, para discutir seus problemas locais, para o resgate e fortalecimento dessa cultura. Principalmente, por ter criado, nos espaços de discussões, um clima de confiabilidade, de aprendizado para ambas as partes e da percepção de que a ação não se encerra nela mesma apenas com esse propósito, mas que há a necessidade desse exercício diário de compreensão da realidade e de construção coletiva de alternativas que contemplem as necessidades de todos, e não desorganize o ambiente do qual eles são parte.

A pesquisa contribuiu para o processo de mobilização social a partir da participação do coletivo do Mosqueiro, discutindo problemas locais, aprofundando o diálogo, e estimulando a tomada de decisões, embora haja a compreensão de que as disputas existentes entre lideranças locais dividem a comunidade e fragiliza essa construção coletiva.

Ao descrever o processo de ocupação territorial da Comunidade e realizar o comparativo com a situação atual, destacando os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais, foi percebido que existem fragilidades apontando para a necessidade da intervenção do Estado através de políticas públicas que de fato contemplem as necessidades dos moradores locais.

Existe um fosso que separa as questões ambientais da Comunidade do Mosqueiro e as Instituições competentes em todos os níveis de poder de decisão, principalmente no que concerne à implementação de programas de EA na área. Ou seja, durante todo o período da pesquisa, não se detectou nenhuma ação de EA na

Comunidade, sendo confirmada pelos órgãos competentes a inexistência de programa de EA específico para comunidades.

Ao caracterizar a relação entre a comunidade local e as áreas naturais, detectou-se que há uma convivência sustentável, e especialmente um sentimento de gratidão e reconhecimento da importância dessas áreas para a sobrevivência, tanto no passado, com maior intensidade, como para boa parte da população atual.

A Comunidade tem sofrido grande impacto sociocultural com a proposta de construção do empreendimento turístico de grande porte, destinado àquela área e voltado para atender a demanda européia, visto que, atualmente, apenas com as construções dos condomínios e casas de veraneios, há um número crescente de novas atividades trabalhistas que provocam a desterritorialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Políticas de Resolução de Conflitos Socioambientais no Brasil – O Papel do Ministério Público e dos Movimentos Ambientistas na Ilha de Santa Catarina**. Blumenau, Ediufub, Florianópolis, Editora da UFSC, 2003, pp. 35 – 51.

ARRUDA, M. P.S. de. **Educação e sustentabilidade: o projeto Educação Ambiental no ensino básico do Brasil – muda o mundo Raimundo**. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado, Programa EICOS/UFRJ, 2001.

BAUMAN, Zygmunt, 1995, 1925. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman**; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BARK, W C. **Origens da Idade Média – 3ª Ed.** Ed. Zahar – Rio de Janeiro, 1974.

BERNADES, J.A e FERREIRA, F.P.M. **Sociedade e natureza**. In: CUNHA, S.B. e GUERRA, A J.T (org). **A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 15-42

BRANDÃO, C. **“Pesquisa Participar”**. In: **A Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental**. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34 ed./ EDUSP, 2000.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**. São Paulo. São Paulo: Cultrix, 1987.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico (Org.). **Sociedade e Meio Ambiente**. Editora Cortez, 2002.

_____. **Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação**. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**/ Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2ª ed. –Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Turismo, Territórios e Sujeitos nos discursos e nas práticas políticas**. Aracaju, 2004 – 294 p. (Tese de Doutorado) – UFS/NPGEO

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo, Cortez, 1988.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Souza Minayo (organizadora) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Global, 2003.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Global, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-Usp, 2000^a.

DOLFFUS, O. **O espaço geográfico**. 3^a ed. São Paulo.

DUVOISIN, Ivane. A . A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigmas IN: **Educação Ambiental – Abordagens múltiplas**. RUCHEINSKY, A . (org.). Porto Alegre, Artmed, 2002.

FEYERABEND, P. La ciência em uma sociedad libre. Madri: Siglo XXI. 1982

FRANÇA, V. L. A. Os condomínios horizontais fechados na zona de expansão urbana de aracaju: uma nova modadidade de segregação. In.: **Aracaju: 150 anos de vida urbana/** Organização de Vera Lucia Alves França e Maria Lucia Falcón. – Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GADOTTI, M. **Dialética do Amor Paterno**. São Paulo: Cortez, 2003, 6ª edição.

GIL, Antonio Carlos . Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Ambiental In: PHILLIPI, Arlindo & PELLICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, 2005. pp. 577-597.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 171p..

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODELIER, M. L'idéal et lê matériel. Paris: Fayard, 1984.

GOMIDE E SERRÃO, Márcia, Mônica Armond. A contribuição da educação ambiental para a promoção da saúde In: **Educação, ambiente e sociedade idéias e prática em debate**. Programa de Comunicação Ambiental, CST, Instituições de Ensino Superior – Serra: Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 1998. – (temas atuais)

GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 2004, pp. 13 – 75.

GUIMARÃES, M. **Armadilha paradigmática na educação ambiental** In: **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**/Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (org). – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Abordagem relacional como forma de ação. In: Guimarães, M. (org.) **Caminhos da educação ambiental DA FORMA À AÇÃO**. Campinas/São Paulo, Papirus, 2006.

_____. **Sustentabilidade e educação ambiental**. In: CUNHA, S.B e GUERRA, A. J. T (orgs.) **A questão ambiental – Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papyrus, 2004.

IBGE – Censo demográfico 2000.

JACOBI, Pedro. **Sustentabilidade e Mudança Sociocultural. Debate Sócioambientais.** São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporâneas, 2000.

KONDER, L. **O Futuro da filosofia da práxis.** 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LAYRARGUES, Philippe P. Muito Além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In:

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis; RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **“Educação ambiental e desenvolvimento sustentável”** . In: M Reigota (org) Verde Cotidiano, o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro, Editora DP&A. 1999.

LIMA, Gustavo. Educação, Emancipação e sustentabilidade: Em defesa de uma pedagogia libertadora para a Educação brasileira: In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.). **Identidades da educação Ambiental Brasileira/** Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, Gustavo. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória: In: LAYRARGUES, Philippe P. LOUREIRO, Carlos B. F. CASTRO, Ronaldo Souza de (org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania/** Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. . **Muito Além da natureza: educação ambiental e reprodução social.** In: **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental/**Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (org). – São Paulo: Cortez, 2006.

_____.Problematizando Conceitos de Educação Ambiental. In:
Educação, Ambiente e Sociedade. Programa de Comunicação Ambiental, CST,
Instituições de Ensino Superior – Serra: Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2004.

_____. Educação Ambiental e “Teorias Críticas”. In: Guimarães. M.
(org.) **Caminhos da educação ambiental DA FORMA À AÇÃO**. Campinas/São
Paulo, Papirus, 2006.

_____. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São
Paulo Editora Cortez, 2004.

_____. **Sociedade e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Cortez,
2002.

_____. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania/**
Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe pomier Layrargues, Ronaldo Souza Castro (org).
São Paulo Editora Cortez, 2002.

LUSTOSA, P.H. Avaliação da Indução de Desenvolvimento Sustentável: Uma Proposta
de Metodologia. In: FISCHER, T.(orgs).**Gestão de Desenvolvimento e Poderes
Locais: Marcos Teóricos e Avaliação.Casa da Qualidade**. Salvador, 2003, 175p.

MAIMON, Dália. **Passaporte Verde**. Rio de Janeiro Editora Qualitymark, 1996.

MEDINA, Nana M. **Educação Ambiental uma Metodologia Participativa da Formação**. Editora Vozes. Petrolina, RS – ISBN , 2000, p. 23.

MELO E SOUZA, Rosemeri. **Redes e Tramas – Identidade Cultural e Gestão Ambiental na APA de Piaçabuçu, Alagoas**. In : Capítulo 04-**Gestão Ambiental Sustentável de Comunidades Litorâneas** - Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2003b.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MORAES, Antônio Carlos Roberts.- **Localismo e isolamento: uma reflexão sobre o turismo e as populações tradicionais**. In: BARRETO, M e TAMANINI, E. (orgs.). **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: Editora Educus, 2002.

MORAES, E. C. de. A Construção do Conhecimento Integrado Diante do Desafio Ambiental: Uma Estratégia Educacional. In: NOAL, F. O. (Org.) et al. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

MORIN, E. **Complexidade e ética da solidariedade**. In: CASTRO, G, de; CARVALHO, E. de A. e ALMEIDA, M.C. de (Coord), **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre, Sulina, 1997.

_____. **Em busca dos fundamentos perdidos.** Porto Alegre, Sulina, 2002.

PARDO DÍAZ, Alberto. **Educação Ambiental como projeto**/Alberto Pardo Díaz; trad. Fátima Murad. – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEIMAM, Z. (org.). **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo.** São Paulo, Manole, 2002.

PÁDUA, S. M. et al. **Cadernos de educação ambiental: conceitos para se fazer educação ambiental.** São Paulo: SMA, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis-São Paulo: Vozes-Edusp (Estudos brasileiros vol. 3) 1973.

REIGOTA, Marcos. **Educação Ambiental: Fragmentos de sua História no Brasil.** IN: **Tendências da Educação Ambiental Brasileira.** NOAL, F., REIGOTA, M., BARCELOS, V. H. L. 2ª edição, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, 263p.

ROCCO, Rogério. Sustentabilidade nas Metrôpolis: A Contribuição do Direito para a Formação de Políticas Públicas Participativas. IN: **Educação, ambiente e sociedade idéias e prática em debate.** Programa de Comunicação Ambiental, CST, Instituições de Ensino Superior – Serra: Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2004

RODRIGUES, Cintya Maria Costa –**Águas aos olhos de Santa Luzia** – Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

ROSA, Antonio Carlos Machado et. al. MMA – **Educação Ambiental- Curso á Distância**. Editora Brasília,2000.

RUCHEINSKY, A . (org.). **Educação Ambiental – Abordagens múltiplas**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

SACHES, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.

SAITO, Carlos H. Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. IN: **Educação Ambiental – Abordagens múltiplas**. RUCHEINSKY, A . (org.). Porto Alegre, Artmed, 2002.

SANTOS, Milton Santos. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.273.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8ª ed.-Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 96.

SANTOS E LEITE, M J S, M M B X. Planejamento Territorial e Educação Ambiental: Caminhos para a Conservação da Natureza. **Encontro Intercontinental sobre a Natureza**. Anais. Fortaleza/CE, 2005.

SILVA, Thomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Thomaz Tadeu da Silva (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SUSIN, Jones, ALVES, Luis P. A . E GOMES, Maria Eliete. Diagnóstico Rápido Urbano Participativo – DRPU. IN: BROSE Markus (org.). Porto Alegre, Editora TOMO. **Metodologia participativa** .2001,p. 321 páginas

VIEZZER M, Ovalles O. **O Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo; Gaia; 1995.

WANDERLEY, L de L. **Litoral Sul de Sergipe: Uma Proposta de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Tese de Doutorado. Unesp, Rio Claro, 1998.

WAGNER, Philip L. e MIKSELL, Marvin W. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA Roberto L. e ROSENDAHL Zeny (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookma, 2001. 2^a Edição.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)